



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS
HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA – TURMA I**

MARYLANE MENEZES COUTINHO

PERFIL DO POLICIAL CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ:

Uma análise com base em uma pesquisa de survey

FORTALEZA

2008

MARYLANE MENEZES COUTINHO

PERFIL DO POLICIAL CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ:

Uma análise com base em uma pesquisa de survey

Monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará,
para obtenção do grau de Especialista em Cidadania,
Direitos Humanos e Segurança Pública.

Orientador: Prof^o. Dr. José Raimundo de Araújo Carvalho
Júnior.

MARYLANE MENEZES COUTINHO

PERFIL DO POLICIAL CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ:

Uma análise com base em uma pesquisa de survey

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Marylane Menezes Coutinho

Profº. José Raimundo de Araújo Carvalho Júnior
Orientador

Coordenador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a DEUS, por ter-me dado a oportunidade de conhecê-lo por intermédio de todas as suas obras;

Agradeço aos meus pais, por terem sido o veículo de minha geração e por me ensinarem a importância do estudo e do bom caráter quando se é pobre;

Agradeço aos meus irmãos, pela compreensão durante minhas horas de estudo;

Agradeço aos meus sobrinhos que sempre me deram força para continuar os estudos e servir de exemplo a eles;

Agradeço ao Professor José Raimundo de Carvalho, na acolhida a proposta do meu projeto, mais que orientador, um amigo, profundo entendedor da luta diária de nossa profissão às vezes tão incompreensível;

Agradeço ao bolsista de pesquisa do CAEN/UFC, Emmanuel Fonseca Bayma que, em compreensão à minha tendinite, ajudou-me na tabulação dos dados;

Agradeço ao meu irmão Miron Coutinho, Estatístico, pela sua grande colaboração.

Agradeço aos meus amigos, dentre eles o Professor Cauby Freire, grande mestre dos trabalhos acadêmicos, que me orientou nas formalidades desta monografia;

Agradeço a todos os Colegas Policiais que todos os dias saem de casa e colocam a sua vida em risco em prol da sociedade que, muitas vezes não compreende como é árdua e perigosa a nossa profissão.

Em fim agradeço aos meus mentores que me guiaram até aqui nesta vida.

“No momento em que tomares consciência de tuas limitações e passares a não pensar nelas como um limite para ti mesmo, passarás a sentir o mundo ilimitado que tu és”. (Mosquera)

RESUMO

A atividade policial, nos últimos anos, tem sido uma das mais cobradas pelos cidadãos, ora como resposta ao crescente número da violência, ora pelo fato de algum de seus membros cometerem atos ligados à corrupção, erros ou abuso de autoridade, e que logo vira a principal manchete da imprensa jornalística escrita e falada. Isso provoca na sociedade uma sensação de insegurança, associada a falta de direitos básicos, tais como desemprego, falta de moradia digna, escassez de alimentos, baixa renda e educação de baixo nível. Tudo isso cria uma perspectiva de violência para toda a sociedade. Na outra ponta, os policiais têm salários baixos, estão desmotivados, as condições de trabalho, em algumas vezes, põem em risco sua própria vida e as ferramentas de trabalho nem sempre lhes são favoráveis. Todas essas situações apontam para uma realidade concreta: a de que a Segurança Pública ainda está muito distante dos reais interesses do cidadão e, porque não dizer, dos próprios policiais. Esta pesquisa monográfica tem como objetivo traçar o perfil do policial civil do Estado do Ceará. A metodologia utilizada no trabalho constou de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo esta realizada com 241 Policiais Civis. Na pesquisa de campo foi utilizado como instrumento um questionário. A análise das várias opiniões colhidas nas respostas dos questionários nos faz concluir que a visão do profissional da polícia judiciária cearense sobre a instituição ao qual está vinculado é bem mais problemática do que o exposto na mídia ou para a população.

Palavras-chaves: Chefatura de Polícia, Polícia Civil de Carreira, Segurança Pública, Delegacias.

ABSTRACT

The activity policeman, in the last years, it has been one of the more collected by the citizens, for now as answer to the growing number of the violence, for now for the fact of some of its members make acts linked to the corruption, mistakes or authority abuse, and that soon sees the main headline of the press journalistic writing and spoken. That provokes in the society an insecurity sensation, associated the lack of basic rights, such as unemployment, lack of worthy dwelling, shortage of victuals, low income and education of low level. All this creates a violence perspective for the whole society. In the other point, the policemen have low wages, they are unfounded, the work conditions, in sometimes, they put in its risk own life and the work tools not always they are they favorable. All those situations point for a concrete reality: the that the Public Safety is still very distant of the citizen's Real interests and, because not to say, of the own policemen. This research monográfica has as objective to trace the civil policeman's of the State of Ceará profile. The methodology used in the work consisted of bibliographical research and field research, being this accomplished with 241 Civil Policemen. In the field research it was used as instrument a questionnaire. The analysis of the several opinions picked in the answers of the questionnaires makes us to end that the professional's of the judiciary police from Ceará vision about the institution to which is linked is much more problematic than the exposed in the media or for the population.

Key Words: Chefatura of Police, Civil Police of Career, Public Safety, Delegacias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

01. Cargo/função da Polícia Civil	34
02. Tipos de afastamentos dos Policiais civis.....	36
03. Fatos importantes para a Polícia Civil em cada denominação: Secretaria de Polícia e Segurança Pública-1937/1971.....	39
04. Fatos importantes para a Polícia Civil em cada denominação: Secretaria de Segurança Pública-1971/1990.....	40
05. Fatos importantes para a Polícia Civil em cada denominação: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania – 1997/2003.....	42

LISTA DE TABELAS

01. Distribuição dos policiais civis que compõem a amostra, segundo os cargos	48
02. Estatística descritiva da faixa etária dos policiais civis.....	49
03. Distribuição dos policiais civis segundo faixa etária (classes).....	49
04. Distribuição dos policiais civis segundo sexo	49
05. Distribuição dos policiais civis segundo estado civil	49
06. Estatísticas descritivas do número de dependentes dos policiais civis.....	50
07. Distribuição dos policiais civis segundo número de dependentes.....	51
08. Distribuição dos policiais civis segundo domicílio	51
09. Distribuição dos policiais civis segundo grau de instrução.....	52
10. Distribuição dos policiais civis segundo benefício de plano de saúde	53
11. Distribuição dos policiais civis segundo benefício de seguros de acidentes pessoais....	53
12. Distribuição dos policiais civis segundo o lazer.....	54
13. Distribuição dos policiais civis segundo meios de comunicação	54
14. Distribuição dos policiais civis segundo programas que mais assistem na televisão.....	54
15. Distribuição dos policiais civis segundo outros programas que mais assistem na televisão	55
16. Distribuição dos policiais civis segundo língua estrangeira que tem conhecimento básico	55
17. Distribuição dos policiais civis segundo possuem computador.....	56
18. Distribuição dos policiais civis segundo uso da internet.....	56
19. Distribuição dos policiais civis segundo local de trabalho.....	57
20. Estatísticas descritivas das horas semanais trabalhadas pelos policiais civis.....	58
21. Distribuição dos policiais civis segundo carga horária semanal (classes).....	58
22. Estatísticas descritivas do tempo de serviço como policial civil.....	59
23. Distribuição dos policiais civis segundo tempo como policial civil (classes).....	59
24. Estatísticas descritivas do tempo de serviço público do policial civil.....	59
25. Distribuição dos policiais civis segundo tempo no serviço público (classes)	60
26. Estatísticas descritivas do salário bruto do policial civil.....	60
27. Distribuição dos policiais civis segundo salário bruto	61
28. Estatísticas descritivas do salário bruto justo conforme opinião do policial civil.....	61
29. Distribuição dos policiais civis segundo opinião do salário bruto justo (classes).....	61
30. Estatísticas descritivas do salário bruto mínimo aceito pelo policial civil.....	62

31. Distribuição dos policiais civis segundo salário bruto mínimo que aceitaria como policial	62
32. Distribuição dos policiais civis segundo outra atividade remunerada.....	63
33. Estatísticas descritivas do salário bruto do policial civil em outra atividade	63
34. Distribuição dos policiais civis segundo salário bruto em outra atividade.....	63
35. Distribuição dos policiais civis segundo providência por outro emprego.....	64
36. Distribuição dos policiais civis segundo tipo de providência em busca de outro emprego	64
37. Distribuição dos policiais civis segundo motivo para escolha da profissão.....	65
38. Distribuição dos policiais civis segundo tarefas desempenhadas (máx. 3 respostas)	65
39. Distribuição dos policiais civis segundo outras tarefas desempenhadas	66
40. Distribuição dos policiais civis segundo sistemas policiais mais utilizados	67
41. Distribuição dos policiais civis segundo filiação sindical	67
42. Distribuição dos policiais civis segundo atuação do sindicato.....	67
43. Distribuição dos policiais civis segundo conhecimento da profissão.....	68
44. Distribuição dos policiais civis segundo participação em reuniões da categoria	68
45. Distribuição dos policiais civis segundo sentimento pelo trabalho.....	69
46. Distribuição dos policiais civis segundo as chances de acidente	69
47. Distribuição dos policiais civis segundo carência de tratamento	70
48. Distribuição dos policiais civis segundo avaliação dos cursos da APOC (Academia de Polícia Civil).....	70
49. Distribuição dos policiais civis segundo área de carência de treinamento.....	71
50. Distribuição dos policiais civis segundo outras áreas de carência de treinamento	71
51. Distribuição dos policiais civis segundo equipamentos utilizados.....	72
52. Distribuição dos policiais civis segundo opinião sobre o estado dos equipamentos Utilizados.....	72
53. Distribuição dos policiais civis segundo ambiente de trabalho	73
54. Distribuição dos policiais segundo afastamento do trabalho	74
55. Distribuição dos policiais civis segundo opinião sobre a atuação da corregedoria.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS

APOC – Academia de Polícia Civil
CIOPS – Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
COE – Comando de Operação Especiais
DCA – Delegacia de Capturas
DDS – Departamento de Segurança Social
DEIC – Departamento Especial de Investigações Criminais
DEPE – Delegacia de Procedimentos Especiais
DIC – Delegacia de Investigação e Capturas
DIP – Departamento de Informação Policial
DOPS – Delegacia de Ordem e Política Social
DP – Distrito Policial
DPE – Delegacia de Polícia Especializada
DPM – Delegacia de Polícia Metropolitana
DRH – Departamento de Recursos Humanos
GAP – Grupo de Apoio Técnico
GREPOLCI – Grêmio dos Policiais Civis
IML – Instituto Médico Legal
INFOSEG – Informações Nacionais de Segurança
IPT – Instituto de Polícia Técnica
PM – Polícia Militar
SINDES – Sistema Integrado de Defesa Social
SPSP – Secretaria de Polícia e Segurança Pública
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SSPDC – Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania
SSPDS – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
USIS – Unidade de Segurança Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. SINOPSE HISTÓRICA.....	15
1.1. Origem da Polícia	15
1.2. A estrutura policial no Brasil.....	17
2. A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ: PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES.....	25
3. A SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ.....	38
3.1. Principais gestores da segurança do Ceará e os fatos mais importantes para a Polícia Civil em cada denominação.....	38
4. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	43
4.1. População.....	43
4.2. Amostragem.....	44
4.3. Instrumentos de coleta de dados.....	45
4.4. Organização e análise dos dados.....	46
4.5. Identificação e definição das variáveis.....	46
4.6. Limitações da pesquisa.....	47
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
6. CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
ANEXOS.....	83

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a segurança pública tem sido um dos temas principais dos debates e desafios apontados para a concretização de um mundo melhor. Os brasileiros têm nos problemas da Segurança Pública uma de suas maiores preocupações.

Essa preocupação, entre os cearenses, pode ser percebida diariamente no crescimento das empresas de segurança privada, na farta audiência dos programas policiais de TV, mas, principalmente, na rapidez com que o problema torna-se assunto corriqueiro nas conversas da população, que têm sempre algum fato para narrar, seja como vítimas de atos de violência ou divulgação de boatos, ou no modo com que o tema violência tem ganhado as manchetes dos jornais.

Há uma nítida sensação de desconforto da população com os níveis de violência e de criminalidade, e de que é preciso tomar medidas urgentes na área de Segurança Pública, com mudanças consideráveis, principalmente com relação àqueles que são os responsáveis ou os responsabilizados diretamente pelas ações ou omissões no campo da segurança: os policiais.

Neste contexto, apresenta-se a Polícia Civil como um dos instrumentos legais do Estado, capaz de transformar e conduzir pessoas a uma realidade mais justa e humana.

O Estado do Ceará conta com 1.948 (mil, novecentos e quarenta e oito) Policiais Civis, distribuídos em três cargos: Delegado, Escrivão e Inspetor. Ao todo, no município de Fortaleza e região metropolitana, existem 34 Delegacias Distritais, sendo 07 Plantonistas e 08 na região metropolitana, além de 11 Delegacias Especializadas.

Algumas delegacias distritais possuem Delegado Titular e Delegado Adjunto atuando juntos na mesma sede, mas, devido ao reduzido número de pessoal, o Delegado Adjunto é deslocado para os plantões, trabalhando em regime de escala, o que deixa a delegacia na liderança de um único delegado. Grande parte dos Distritos Policiais conta com apenas dois Escrivães, sendo que um ocupa a função de Chefe de Cartório. Percebe-se um número mais elevado de Inspetores, graças ao incremento dado pelo último concurso, deixando uma média de 11 Inspetores por cada distrito. Os pólos plantonistas têm um número maior, e nas especializadas há uma diferença de quantitativo, de acordo com a complexidade da mesma.

Os Inspectores também têm um Inspetor Chefe. As Inspetoras raramente fazem trabalho de rua, preferem desempenhar atividades internas como registro de B.O., levantamentos estatísticos e arquivos, o que ajuda em muito o trabalho cartorário em virtude da carência de Escrivães.

No Estado do Ceará há 186 municípios, sendo que 131 não possuem delegacias. As delegacias do interior estão assim divididas: 19 regionais, 23 municipais e 133 unidades policiais.

A chefia geral da polícia civil é de um Delegado de Carreira, ocupante do cargo de Superintendente da Polícia Civil, subordinado ao Secretário da Segurança Pública e Defesa Social.

O crescimento das estatísticas de crime indica que os métodos utilizados na tentativa de conter estes índices não têm causado impactos significativos, capaz de devolver à população a sensação de segurança tão desejada. Esta mesma população, às vezes, se torna vítima do despreparo da polícia durante ações desastrosas.

Por trás de qualquer ação policial, existe um ser humano, que se tornou membro do braço armado do estado: o Policial. Quais investimentos têm sido feitos no capital humano policial nos últimos anos? O trabalho do policial está conseguindo valorizar suas habilidades e competências? O policial está satisfeito com a sua profissão e com seu ambiente de trabalho? O que mais tem atrapalhado o desenvolvimento de suas tarefas?

Esta pesquisa monográfica tem como finalidade traçar o perfil do policial civil do Estado do Ceará, por amostragem, visando estabelecer bases realistas para uma ação mais eficaz dos órgãos que atuam junto à classe.

No primeiro momento elaborou-se a pesquisa bibliográfica tendo como referencial o pensamento de alguns autores envolvidos no contexto do assunto, tais como: CARVALHO NETO (1991), MARCINEIRO; PACHECO (2005), MELO (2007), SILVA (2006), SILVA; BASTOS (1978), entre outros. Num segundo momento foi realizada a pesquisa de campo com os Policiais Cíveis que encontram-se lotados nas Delegacias Distritais da Cidade de Fortaleza, objetivando obter a opinião dos entrevistados sobre o tema em questão.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feito um recorte histórico da instituição policial, desde a sua criação, passando antes pelo processo de estruturação no mundo e no Brasil.

No segundo capítulo comenta-se sobre os principais fatos históricos que marcaram a Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará. São comentadas também as atribuições do Delegado de Polícia Civil e do Escrivão, demonstra-se também a estrutura organizacional da Superintendência de Polícia Civil.

O terceiro capítulo aborda sobre a Segurança Pública no Ceará, onde comenta-se sobre os principais Gestores da Segurança Pública do Ceará e os fatos mais importantes para a Polícia Civil em cada gestão.

No quarto capítulo demonstra-se a metodologia utilizada no trabalho, em seguida passa a ser apresentado o resultado da pesquisa, dando ênfase a informações individuais dos entrevistados, para depois questionar as informações relacionadas ao trabalho, sendo estas em sua maioria de opinião sobre diversos temas: filiação e atuação do sindicato; conhecimento sobre a legislação da profissão; satisfação com a profissão; necessidade de treinamento; opinião sobre estado dos equipamentos utilizados, sobre cursos da Academia de Polícia Civil (APOC) e sobre a atuação da Corregedoria e o que mais tem dificultado o desenvolvimento das suas atividades, entre outras. Logo após, tem-se as Considerações Finais acerca do tema em questão.

1. SINOPSE HISTÓRICA

1.1. Origem da Polícia

Para que seja possível traçar o perfil do Policial Civil cearense, é necessária uma abordagem da evolução histórica da Polícia, enquanto instituição, no Mundo, no Brasil, e no Ceará, desde o surgimento até os dias atuais.

Não é possível precisar uma data para o surgimento da Polícia, como instituição. Atribui-se o seu surgimento ao desenvolvimento e organização da sociedade humana, quando surgiram as primeiras preocupações do homem com a sua segurança, ainda na era pré-histórica.

A necessidade do homem de garantir a sua sobrevivência fez com que ele se organizasse em grupos, dando origem aos agrupamentos sociais, que mais tarde formaram a sociedade moderna. Surgiu, então, a necessidade de segurança, que nada tem a ver com a idéia contemporânea de segurança pública, mas sempre com o sinônimo de proteção social com autoridade.

Segundo Rico; Salas (apud Marcineiro; Pacheco, 2005, p.22):

A polícia é, (...) uma instituição social cujas origens remontam às primeiras aglomerações urbanas, motivo pelo qual ela apresenta a dupla originalidade de ser uma das formas mais antigas de proteção social, assim como a principal forma de expressão da autoridade. Encontra-se, portanto, intimamente ligada à sociedade pela qual foi criada, e seus objetivos, a sua forma de organização e as suas funções devem adaptar-se às características sócio-políticas e culturais da comunidade em que ela deverá atuar.

O homem da pré-história vivia em estado de barbárie. Maior força era sinônimo de poder. Os bandos foram formados como busca de proteção, pois imperava a lei do mais forte. Surgiram os agrupamentos e, por conseguinte, os núcleos sociais, com algumas regras, como forma de manter a ordem, necessária à sobrevivência do grupo. Alguns componentes do grupo garantiam o cumprimento destas regras e o bem-estar geral da sociedade.

A palavra *polícia* surgiu na Grécia Antiga. Segundo Lazzarini (apud Marcineiro; Pacheco, 2005, p. 23), “este vocábulo derivou-se do latim *politia* que, por sua vez, procede do grego *politeia*, com sentido de organização política, administração, sistema de governo e de governo propriamente dito”.

[...] na antiguidade grega, a função policial era considerada de primeiro escalão para o cidadão ascender às dignidades mais altas das cidades, isto porque lhes era necessário ter feito aprendizagem direta de governo de homens. Considerava-se verdadeira escola de estadistas. Aconteceu, informa Lê Clère, com Platão, Demóstenes, Aristóteles, Epaminondas e Plutarco, que se iniciaram na vida pública pela Polícia. (KEYSSELT; FERNANDES, 2006)

Apesar disso, a sociedade grega foi a que menos fez uso da atividade policial, por deter fortes equilíbrio social e consciência cívica.

É em Roma, no tempo do Imperador Augusto (63 a.C. a 14 d.C.) que vamos encontrar uma atividade policial semelhante com a desempenhada pela polícia da civilização moderna, pois suas sete *Coortes Vigilum* tinham por missão manter a ordem pública e a proteção dos cidadãos. As funções destas *Coortes* confundiam-se com funções judiciais. Os chefes de polícia de Roma, usavam vestes de magistrados e tinham ampla soberania para decidir seus atos.

No Estado Moderno vamos encontrar, por volta do século XVIII, os primeiros raios da Polícia atual. Os ideais da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), as idéias liberais e a teoria da separação de poderes de Montesquieu fazem surgir o Estado de Direito, que teve como base filosófica a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Constituição dos Estados Unidos da América (1776).

Em 1829, na Inglaterra, é criada a Polícia Metropolitana de Londres, considerada a primeira organização policial do mundo.

O termo “polícia”, com o tempo, assume um sentido mais restrito, representando a ação do governo, através de uma de suas instituições, para exercer a missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranqüilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações penais e seus malefícios.

1.2. A estrutura policial no Brasil

O surgimento da Polícia no Brasil está associado à chegada dos portugueses à Terra do Pau-brasil. Suas funções se limitavam à preservação do território, mais especificamente da costa brasileira, contra o contrabando de nossas riquezas, mas não como preservação de nosso território; e sim, de acordo com o interesse da coroa portuguesa.

Conforme documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o surgimento da instituição policial brasileira data de 1.530, com a chegada de Martim Afonso de Souza, em uma expedição colonizadora enviada ao Brasil-colônia por D. João III, rei de Portugal. Inicia-se, então, um processo de implantação de um sistema administrativo com o objetivo de preservar e organizar as terras brasileiras.

A Coroa Portuguesa determina a criação de uma administração civil e militar para estabelecer a defesa e a segurança das Capitânicas Hereditárias e suas vilas. No dia 20 de novembro daquele ano a polícia brasileira inicia suas ações nas terras descobertas pelos portugueses.

Para identificarem-se, os serviços policiais utilizavam as cores de Portugal, ou seja, o vermelho e o verde. Às vezes predominava uma cor sobre a outra. Estas cores também eram usadas para adornar as roupas dos funcionários ou recobrir as lanças ou espadas, armas da época e caracterizar, de longe, os representantes do rei no combate ao crime, embora sempre em caráter civil.

Para a Bahia foram enviados ouvidores, meirinhos, oficiais de justiça, tabeliães do público e judicial, e uma estrutura miliciana, cujo objetivo era defender a terra e manter a segurança das grandes propriedades rurais. A partir deste momento o uso da força policial do Estado fica associado à defesa do patrimônio dos mais abastecidos, que se estenderia pela solução dos conflitos dos nativos com os senhores, com emprego de violência, extorsão, barbaridade e injustiças.

D. João III, em 1.548, após o fracasso do sistema de capitânicas hereditárias, institui o sistema de Governador-Geral. O Regimento a Tomé de Souza “determinava as funções administrativas, judicial, militar e tributária do governador-geral, que ficava incumbido de “dar favor e ainda às outras povoações, ministrar justiça e prover nas

coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda. (SILVA; BASTOS, 1978)

O primeiro Governador-geral, Tomé de Souza (1549-1553) fundou a primeira capital, Salvador, na Bahia. Acompanhado de cerca de 320 soldados, construiu a sede do governo e criou cargos de Ouvidor-geral, Provedor-Mor da Fazenda e Capitão-Mor da costa.

Até então, não existia ainda uma forma estruturada de polícia, nem uma distinção entre polícia preventiva e judiciária. As atribuições eram específicas de auxiliar a manutenção da ordem, das relações comerciais de interesse privado e da coroa, além de garantir o poder central da corte.

Em 1572, com o declínio das Capitanias Hereditárias e o fim dos Governo-gerais, o poder público assume o encargo da segurança que necessitava de mudanças em virtude do número de ocorrência de crimes, que naquela época já preocupava as autoridades, fazendo-se necessário e urgente estruturar o setor de segurança, para atender este novo cenário.

Objetivando melhorar a defesa militar da região norte e estimular a economia e o comércio com Portugal, em 1621 o território brasileiro foi dividido em dois estados: o do Brasil, com sede em Salvador, e o do Maranhão, com sede em São Luiz do Maranhão. Nesta ocasião, a cidade de Campo de Santana, em Salvador passou a ser sede da primeira organização policial, que tinha seu sustento nos impostos sobre as casas de pastos, fogos de artifício, tabernas abertas até depois da meia-noite, lançamento de barcos e canoas e etc.

Era, inicialmente, uma organização unificada que adotava a mesma estrutura de Portugal, composta de corpo de milícia. Posteriormente evoluiu para uma forma dúplice, com um ramo judiciário e outro militarizado, de atribuições ostensivas (homens fardados); embora ambas ficassem sob o mesmo comando de um Juiz.

Em 16 de janeiro de 1760 é criada, pelo Rei de Portugal Dom José I, a Intendência Geral da Corte e do Reino da Bahia, obedecendo a mesma estrutura da Intendência de Lisboa. Tinha amplos poderes e ilimitada jurisdição. Estendeu-se por todo o território, com o objetivo de garantir a ordem, a segurança e a paz pública. Entretanto, a segurança na Colônia era

crítica, prevalecendo como elemento de repressão e controle policial-judiciário o pelourinho e a força. Nas vilas os Delegados e Subdelegados eram os representantes do Intendente.

A Intendência Geral de Polícia utilizava-se, como identificação e como símbolo do poder policial, uma lança de oito palmos – um palmo de ponta e sete palmos de cabo, que era adornado com duas fitas de mesmas larguras, uma verde e outra vermelha, que recobriam também a madeira da arma.

Este serviço perdurou até a vinda da família real para o Brasil, em 22 de janeiro de 1808, na cidade de Salvador. D. João VI elevou a colônia à categoria de Reino Unido de Portugal e criou vários órgãos administrativos, dentre eles a Academia Real Militar. Mediante Alvará Régio de 10 de maio de 1808, firmado por Dom José Fernando de Portugal – Príncipe Regente – foi criada a “Intendência Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil”, cargo ocupado por um desembargador do Paço (sede do Governo), Paulo Fernandes Viana, que exerceu esta função até 1820 e era também Ouvidor da Corte e contava com um delegado em cada Província.

O Intendente Geral de Polícia tinha como função controlar todos os órgãos policiais do Brasil e foi encarregado de criar, imediatamente, diversas seções do serviço policial.

Uma das primeiras providências do primeiro Chefe de Polícia foi de mandar retirar as fitas vermelhas e verdes das lanças, substituindo-as por cores pretas e brancas, que simbolizavam que a polícia passaria a ter um serviço diuturno. Esta atitude fez nascer o termo “Polícia Judiciária”, como um identificar da Polícia Civil.

Organizada pelo Alvará de 10 de maio de 1808, a Polícia Civil seria formada por: um funcionário de nível superior, encarregado de fiscalizar teatros e diversões públicas; um funcionário encarregado do registro de veículos, embarcações e fretes; um encarregado de passaporte e fiscalização de estrangeiros; um praticante; um alcaide para investigação criminal; um escrivão e dez meirinhos, que eram os auxiliares dos serviços cartorários.

As atribuições e atividade de inteligência policial, neste período, não consistia apenas em repressão de crimes comuns mas, sobretudo, uma forma de estratégia política de precaução contra espiões e agitadores franceses, o que evidenciava a natureza política da

atividade. A idéia de D. João VI era dispor de um corpo policial eficiente e político, que lhe mantivesse informado sobre o comportamento do povo, além de preservar a Corte do contágio das temíveis idéias liberais da Revolução Francesa, que se espalhava pelo mundo. Esta foi a origem da Polícia Judiciária no Brasil.

Antes de ser criado o Inquérito Policial no Brasil, a infração penal e sua autoria sempre foram apuradas pela Polícia Civil. Naquela época, a legislação vigente no Brasil era a mesma de Portugal, e tinha como base a herança romana e as Ordenações Afonsinas (1446 a 1521), Manuelinas (1521 a 1603) e Filipinas (1603 a 1867). O processo criminal brasileiro era, tripartido, ou seja, compreendia a “Devassa”, a “Querrela” e a “Denúncia”.

No Brasil houve duas fases: a dos donatários, de 1534 a 1549, e a dos Governadores-Gerais, de 1549 a 1767, com o vice-reinado e a organização judiciária, a estilo do Livro Primeiro das Ordenações, em que os serviços policiais eram exercidos por "alcaides" e "almotacés" sob a fiscalização dos "Juizes de Vara Branca", ou "de Fora". Posteriormente a legislação previa o cargo de "Quadrilheiro" que "em todas cidades e vilas" prendiam os malfeitores. Cada "quadrilheiro" tinha vinte homens para manter a ordem.

Em Abril de 1821, D. João VI retorna a Portugal e se inicia no Brasil o Período Regencial e a monarquia. O governo português insistia em continuar mantendo os laços com a colônia, mas a burguesia brasileira não aceitava mais a ingerência portuguesa. Após vários levantes, é proclamada a Independência do Brasil no ano de 1822.

O Texto da Constituição do Império do Brasil, promulgada em 1824, nada referenciava a respeito de segurança pública. Previa que a prisão só poderia ser em flagrante delito, ou por ordem escrita de autoridade competente, dando indício da necessidade de se criar uma estrutura organizacional de polícia judiciária, nos moldes e com atribuições bastante semelhantes à que temos atualmente. Às Assembléias Legislativas Provinciais era outorgada a competência para legislar sobre polícia. Nas freguesias e capelas curadas as atribuições policiais eram conferidas aos Juizes de Paz por lei de 15 de outubro de 1827.

Em 1832 foi promulgado o Código de Processo Criminal com disposição provisória acerca da justiça civil (Lei de 29 de novembro de 1832), e a organização policial foi

descentralizada. Esta Lei conferia autoridade policial aos Juízes de Paz e, nas cidades populosas onde houvesse mais de um Juiz, um deles seria escolhido para Chefe de Polícia.

Em 1841, a criminalidade no Brasil estava se agravando e os magistrados mostravam uma impossibilidade absoluta de operacionalidade com relação às questões policiais.

Segundo Askoul (apud Marcineiro; Pacheco, 2005, p. 29), “a origem da polícia judiciária, como organização, remonta a este ano, “com a promulgação da Lei nº 261, de 03 de dezembro, que apresentava uma organização policial incipiente, criando em cada província um Chefe de Polícia, com seus delegados e subdelegados escolhidos dentre os cidadãos”.

Regulamentada pelo Decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, o Código de Processo Criminal foi modificado e a Polícia Civil foi reestruturada, surgindo “como instituição especializada no sistema policial brasileiro” (CARVALHO, 1991).

O Decreto nº 120 definia também as funções da Polícia Administrativa e Judiciária, atribuindo sua chefia suprema ao Ministro da Justiça. A competência de legislar sobre a Polícia Civil, no Brasil Imperial, era do poder central, ou seja, o Rei. Suas bases foram inspiradas no modelo francês de Polícia Administrativa e Judiciária, de cunho repressivo.

Com estas mudanças, cada Município da Corte e cada Província passaram a ter um Chefe de Polícia, sendo auxiliado por Delegados, escolhidos preferencialmente entre os juízes municipais e bacharéis em Direito, e Subdelegados, geralmente escolhidos entre os Juízes de Paz, depois de consulta ao delegado, nomeados pelo Imperador ou pelos Presidentes das Províncias.

O Chefe de Polícia e o Delegado tinham atribuições próprias de Juiz. Podiam expedir mandados de busca, conceder fianças, julgar crimes comuns e, ainda, proceder à formação de culpa. Ao Chefe da Polícia competiam ainda direitos que afetavam a ordem judicial, como condenar, impor multas e penas de degredo, além da realização do recenseamento demográfico da província. Estes, até a primeira metade XIX, tinham como auxiliares o Corpo de Guardas Municipais, posteriormente substituídos pelas Forças Policiais, como a do Ceará, criada pela Lei nº 13, de 24 de maio de 1835.

Para facilitar a identificação dos prédios das chefias de polícia e das delegacias, estes eram pintados de branco, com detalhes em preto nas portas, janelas, etc.

A separação entre Justiça e Polícia deu-se em 20 de setembro de 1871, pela Lei nº 2033, que foi regulamentada em 22 de novembro do mesmo ano pelo Decreto nº 4824. A reforma do sistema adotado pela Lei nº 261, de 03/12/1841, trouxe algumas inovações que até hoje perduram na Polícia Civil, como, por exemplo, a criação do Inquérito Policial.

Em 03 de setembro de 1880, a lei nº 1.903 criava uma nova Força Policial, destinada ao policiamento da Capital: a Guarda Cívica, que contava com um total de 63 homens.

No ano de 1889 o Brasil torna-se República. As cidades se desenvolveram e a população cresceu. O país passa por uma radical transformação social e política. O serviço policial se modernizou e deixou de ser pedestre, utilizando o transporte de tração animal e os veículos de propulsão a motor, que passaram a ser disponibilizados na década de 30.

O Decreto que instituiu a República responsabilizava os governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança públicas e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos (Art. 5º). Autorizava os governos estaduais a criarem guardas cívicas para o policiamento de seus territórios (Art. 8º).

O Código Penal de 1890 retirou as atribuições criminais das Chefaturas de Polícia, incumbindo os Estados do direito de legislar sobre a matéria.

A Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891, a exemplo da Constituição do Império de 1824, também era omissa no que se referia à organização da segurança pública no país.

Somente em 1895 é criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública que, em virtude dos golpes de Estado e da situação vigente no Brasil, passou por várias reformas. Naquele período era comum a manipulação dos cargos policiais, o que interferia na qualidade e no desempenho da atividade policial.

A nossa Carta Maior de 1988 definiu Segurança Pública, no *caput* do Art. 144, como sendo “[...] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos [...]”, deixando clara que o Estado deve, com suas instituições policiais, reprimir todo o perigo que, de alguma forma, afete a ordem pública. (ANGHER, 2004)

Nos tempos atuais as relações sociais tornaram-se mais complexas, os crimes ficaram mais sofisticados, o uso da informática ampliou a atuação dos criminosos, algumas leis vigentes não se modernizaram e o aparato policial não consegue acompanhar essas mudanças com a mesma evolução, o que compromete o trabalho das instituições policiais, gerando conflitos que colocam o tema segurança pública como uma das principais preocupações da sociedade contemporânea e globalizada.

O Brasil convive hoje com um aumento cada vez mais descontrolado da violência. O policial, às vezes menos equipado que os infratores, sem treinamento adequado e desmotivados, enfrenta a violência sem resultados tão satisfatórios, às vezes até desastrosos. A população cobra cada vez mais segurança por parte dos gestores do Estado, e este passa a cobrar de seu "braço armado", oferecendo condições precárias de combate ao crime.

A polícia passa a ter papel importante nas mediações de conflitos, e aplicação da ordem. O policial, por outro lado, passa a ser mais visado e mais cobrado, diante de tantas Leis a seguir, e de tantas atribuições sociais que lhe são conferidas no cotidiano, mesmo sem a modernidade dos equipamentos e os recursos humanos que lhe são inevitavelmente necessários. O trabalho policial lhe expõe ao preconceito, medo, pressões, mirrados salários e condições precárias de trabalho.

A Constituição Federal de 1988, apelidada de “constituição cidadã”, teve a preocupação de ampliar direitos para os brasileiros, repudiando o racismo e as diversas formas de discriminação, fazendo valer a igualdade de direitos entre todos, além de dar garantias aos presos.

Paralelo à nossa Carta Magna são também criados dispositivos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990), numa tentativa de combate à exploração sexual de adolescentes e ao trabalho infantil, além de assegurar, entre outros, direitos sociais às crianças e adolescentes.

O estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 – 01/10/2003) surgiu para assegurar e ampliar direitos daqueles que, na chamada terceira idade, ainda não tinham seu respeito garantido nem mesmo pelo o Estado.

A Lei do Racismo (nº 7.716 de 05/01/1989) mostra um país preocupado com a segregação racial que põe em conflito grupos de etnias diferentes, mas filhos de uma mesma pátria.

Difícil tarefa, a do operador da segurança, para garantir direitos àqueles que vêm nele a presença da instituição policial, a qual suas atitudes e dados pessoais estarão sempre associados, às vezes incorporando suas funções ao próprio nome. Mais difícil ainda é conhecer quem é o policial como indivíduo, como vive, porque ingressou na profissão, o que pensa da instituição, as dificuldades no desempenho de suas tarefas e o grau de satisfação com a profissão escolhida. Assuntos como estes não poderiam ser ignorados ou descartados em um estudo policial, pois o agente é o grande responsável pelas ações policiais e o primeiro a ser apontado, quando o resultado alcançado não foi obtido da maneira desejada.

2. A HISTÓRIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ: PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

O site da Polícia Civil do Estado do Ceará é um dos poucos que não possui um histórico sobre a própria instituição (o de Goiás decidiu retirar do site o texto sobre o histórico, que estava na rede, com o propósito de sistematizar melhor os dados). As dificuldades de referências bibliográficas não foram empecilho para compor o histórico da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Com a Lei Geral nº 261, de 3 de dezembro de 1841, o Código de Processo Criminal foi reformado e a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil foi extinta, criando-se, assim, o cargo de Chefe de Polícia.

A primeira Chefatura de Polícia do Ceará foi instalada em 31 de janeiro de 1842, nas dependências do imóvel da Câmara, que serviu de fórum, cadeia e correios, e ficava localizado na Praça do Ferreira. Depois veio a chamar-se “Abrigo Central” e, posteriormente, foi demolido para a ampliação da Praça do Ferreira. Seu primeiro chefe foi o juiz de direito da comarca de Valença (Bahia), João Antonio de Vasconcelos, que não assumiu o cargo, respondendo interinamente o juiz de direito da comarca de Fortaleza, Miguel Fernandes Vieira. Este foi efetivado no cargo pela Carta Imperial de 21 de setembro de 1843, em virtude do juiz de direito da comarca de Crato, André Bastos de Oliveira, não ter, também, assumido como substituto de João Antonio de Vasconcelos.

A Chefatura executava os serviços de Polícia Civil e todas as Autoridades Policiais eram subordinados ao Chefe de Polícia. Em 1871, o inquérito policial passou a fazer parte da Polícia Judiciária, necessitando que sua presidência fosse de um delegado de polícia, bacharel em direito.

O Código Penal de 1890 retirou das Chefaturas de Polícia as atribuições criminais, deixando a cargo dos Estados a responsabilidade de organizar as próprias polícias.

O governador do Ceará, Clarindo de Queiroz, por ato de 24 de setembro de 1891, extinguiu a Chefatura de Polícia, passando os seus serviços para a Secretaria de Justiça. Esta foi criada pela Constituição Estadual de 27 de outubro de 1891, que criava conjuntamente a Secretaria da Fazenda e a Secretaria do Interior.

O serviço de polícia judiciária permaneceu subordinado à Secretaria da Justiça até 1909, ano em que foi restaurado, pelo Presidente Antonio Pinto Nogueira Acioly, o cargo de Chefe de Polícia, pela lei nº 987, de 31 de agosto do mesmo ano. Para o cargo eram escolhidas pessoas dentre os juizes de Direito, doutores ou bacharéis em Direito, com pelo menos quatro anos de prática forense, judicatura ou exercício do Ministério Público.

Em 1913, o Coronel Marcos Franco Rabelo submete mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, propondo a extinção da Chefatura de Polícia. Pela Lei nº 1.113, de 06 de novembro daquele ano, a Chefatura de Polícia foi novamente extinta, sendo criada a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Em 26 de agosto de 1916, no governo de João Thomé de Saboya e Silva (1916-1920) a Chefatura de Polícia é ressuscitada, pela lei nº 1.343,

Pelo Regulamento Policial, instituído pelo Decreto nº 39, de 19 de outubro de 1916, os delegados seriam nomeados pelo presidente do Estado dentre os cidadãos de reconhecida idoneidade, diplomados ou não, podendo ser magistrados de primeira categoria ou oficiais de maior graduação do Regimento Militar do Estado (atual Polícia Militar), conceituados por sua inteligência e desempenho.

Em 23 de julho de 1928, pela lei nº 2.576, foi criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, no governo de José Carlos de Matos Peixoto (1928-1930), em substituição à Chefatura de Polícia, extinta mais uma vez. Em 1930, Matos Peixoto é deportado e o governo provisório de Manuel do Nascimento Fernandes Távora, adotando medidas para diminuir despesas, extingue a 2ª Delegacia de Polícia da Capital, que foi restaurada em 26 de dezembro de 1931, pelo Decreto nº 365.

De acordo com Melo (2007, p. 30):

O interventor federal, Roberto Carneiro de Mendonça, através do Decreto nº 561, de 2 de abril de 1932, extingue a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, sob a alegativa de que “os serviços da Polícia do Ceará não exigiam a permanência de uma Secretaria de Estado para os Negócios da Segurança Pública, repartição de

caráter puramente administrativa [...]” (MELO, 2007, p. 30), restaurando assim a Chefatura de Polícia, dando ao chefe de Polícia todas as atribuições de Secretário de Estado, menos a faculdade de referendar decretos e atos emanados da autoridade do interventor federal.

Ainda no ano de 1930, foi criada a Delegacia Auxiliar que, entre outras atribuições, tinha uma Seção para proceder investigações sobre as atividades dos chamados "agitadores e semeadores das doutrinas estrangeiras", uma vez que o país passava por uma agitação política. Esta Seção foi transformada, em 1935, em DSS (Delegacia de Segurança Social) e, em 1936, em Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS).

Pelo Decreto nº 14, de 14 de dezembro de 1937, o interventor Menezes Pimentel cria a Secretaria de Polícia e Segurança Pública e extingue de vez a Chefatura de Polícia. A Delegacia Auxiliar foi transformada em Delegacia de Investigação e Capturas (DIC), com atribuições de combate ao crime, tal como roubos, furtos, falsificações em geral, exercício ilegal da medicina, entre outras.

O 1º tenente do Exército, Manuel Cordeiro Neto, passou a exercer a função cumulativamente de secretário de Polícia e Segurança Pública e de comandante da Força Pública do Ceará (hoje, Polícia Militar do Ceará). Ele mesmo havia comandado fortes perseguições aos seguidores do beato José Lourenço que, localizados na Serra do Araripe, foram metralhados, sendo seus acampamentos destruídos, terminando assim a história conhecida por “*fanáticos do Caldeirão*”, no município do Crato.

Com a extinção da Chefatura de Polícia e a posterior criação da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, nasce também a Polícia Civil de Carreira. Como cada Estado tinha a responsabilidade de organizar a própria polícia, São Paulo foi o primeiro Estado a criar sua Polícia Civil de Carreira, em dezembro de 1905, por inspiração do governador Jorge Tibiriçá, um ano antes da criação da Guarda Cívica do Estado do Ceará.

A Guarda Cívica cearense era uma força policial à serviço da oligarquia, tendo sido criada em 29 de dezembro de 1906, por ato do governador Antonio Nogueira Accioly. Segundo Brasil (2000, p. 60) "para seus quadros, eram recrutados, principalmente, ex-militares (Regulamento de 29.12.1906) e apadrinhados do Governo". Pela Lei nº 2.591, de

22 de setembro de 1928, é criada a Guarda Civil cearense. Nenhuma mudança significativa foi sentida de uma para outra.

Na criação da polícia judiciária cearense buscou-se oferecer um serviço de melhor qualidade à população, haja vista a polícia que se tinha no Estado, ser integrada por pessoas que não correspondiam à confiança pública, sem idoneidade e conhecimento, que eram exigências para o trabalho delicado de policiais. Desta forma, baseou-se na criação da Polícia Civil de São Paulo para se ter uma polícia sem influência político-partidária, tanto no processo de recrutamento de pessoal como na execução da tarefa policial

Em 1945, a Polícia Civil cearense tentava se organizar. Segundo Melo (2007, p. 32), sua estrutura organizacional nesta data "estava compreendida por duas distritais (1ª e 2ª Delegacia), duas Especializadas (Delegacia de Ordem e Política Social - DOPS, e a Delegacia de Investigação e Capturas - DIC)".

Tinha ainda a Polícia Civil a incumbência de executar o serviço da Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea e o de Inspetoria do Trânsito, ficando esta última subordinada à 1ª Delegacia de Polícia. Faziam parte da estrutura técnica o Gabinete de Identificação e Estatística e o Gabinete Médico-Legal.

A Guarda Civil do Ceará foi incorporada à Polícia Civil, extinguindo-se. seus cargos sem traumas, de forma gradativa.

A história da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará tem como marco inicial a autorização expressa para sua criação, contida na Carta Constitucional do Ceará de 23 de junho de 1947, que, no Artigo 173 das disposições gerais, atribuiu competência ao legislador ordinário para instituir a Polícia Civil de Carreira, ao dispor: "o Estado criará a Polícia Civil de Carreira, com a organização que der a lei." (MELO, 2007).

A Polícia Civil de Carreira do Ceará, foi criada pela Lei nº 210, de 19 de abril de 1948, no Governo de Faustino de Albuquerque, ficando responsável pelo serviço de Polícia, de acordo com o que dispunha o art. 1º da citada Lei, "exercerá ação preventiva e repressiva para proteção dos direitos individuais e manutenção da ordem pública" (BRASIL, 2000).

Deve-se ressaltar que o original desta lei contava com 16 artigos, mas ao ser promulgada foi reduzida a 2 artigos: o primeiro que criava a instituição “Polícia Civil”, e o último, que revogava as disposições em contrário, tendo os demais artigos sido vetados pelo então governador Faustino de Albuquerque, motivado por desentendimento com o legislativo estadual.(SILVA, 2006)

Em 19 de dezembro de 1963, pela Lei nº 6.945, a Secretaria de Polícia e Segurança Pública foi reestruturada, sendo criado um quadro permanente de policiais e uma tabela dos cargos de provimento em comissão.

Somente no ano de 1967, no governo de Plácido Aderaldo Castelo, por meio da lei nº 9.020, de 28 de dezembro do mesmo ano, foi regulamentada a Polícia Civil de Carreira do Ceará, estabelecendo entre outras providências, que os delegados de polícia, que até então eram nomeados em comissão, se submeteriam a concurso público para ingressarem na carreira policial exigindo-se, como pré-requisito, a formação de bacharelado em direito com prática forense de pelo menos 2 anos.

Cabia à Escola Técnica de Polícia promover o curso preparatório, eliminatório em todas as matérias, com duração de um ano, antes do candidato prestar concurso, tanto para delegado de polícia como para agente, escrivão e perito, com frequência nos dois turnos e estágio em delegacias, inclusive nos plantões.

Justamente pelo fato da polícia civil do Ceará dispor de uma escola de formação profissional, e por ter sido a primeira a se estruturar em carreira no Norte e Nordeste, foi responsável pela formação de policias dos estados do Pará, Macapá, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Em 19 de novembro de 1968 foi promulgada a lei nº 9.213 que tornou efetivo o primeiro Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará e instituiu o Regime Jurídico, conforme recomendava a Constituição Estadual.

A criação de um estatuto próprio para a polícia civil sugere que a instituição guarda em seu seio peculiaridades que a diferem de outros entes estatais pela especialidade do cargo de seus ocupantes, e que a autoridade policial e seus agentes são funcionários públicos especiais, por conta das atividades e serviços desenvolvidos. (SILVA, 2006)

A Constituição Federal de 1988 expressou as funções da Polícia Civil em seu Art. 144, § 4º, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as Militares. (MELO, 2007)

Em 06 de julho de 1993, o então governador Ciro Ferreira Gomes sancionou a lei nº 12.124, o Estatuto da Polícia Civil de Carreira. Ele dispõe em seu §1º que a Polícia Civil é, [...] instituição Permanente, integrante do Sistema Estadual de Segurança Pública, essencial à Justiça Criminal, preservação da Ordem Pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]. (MELO, 2007)

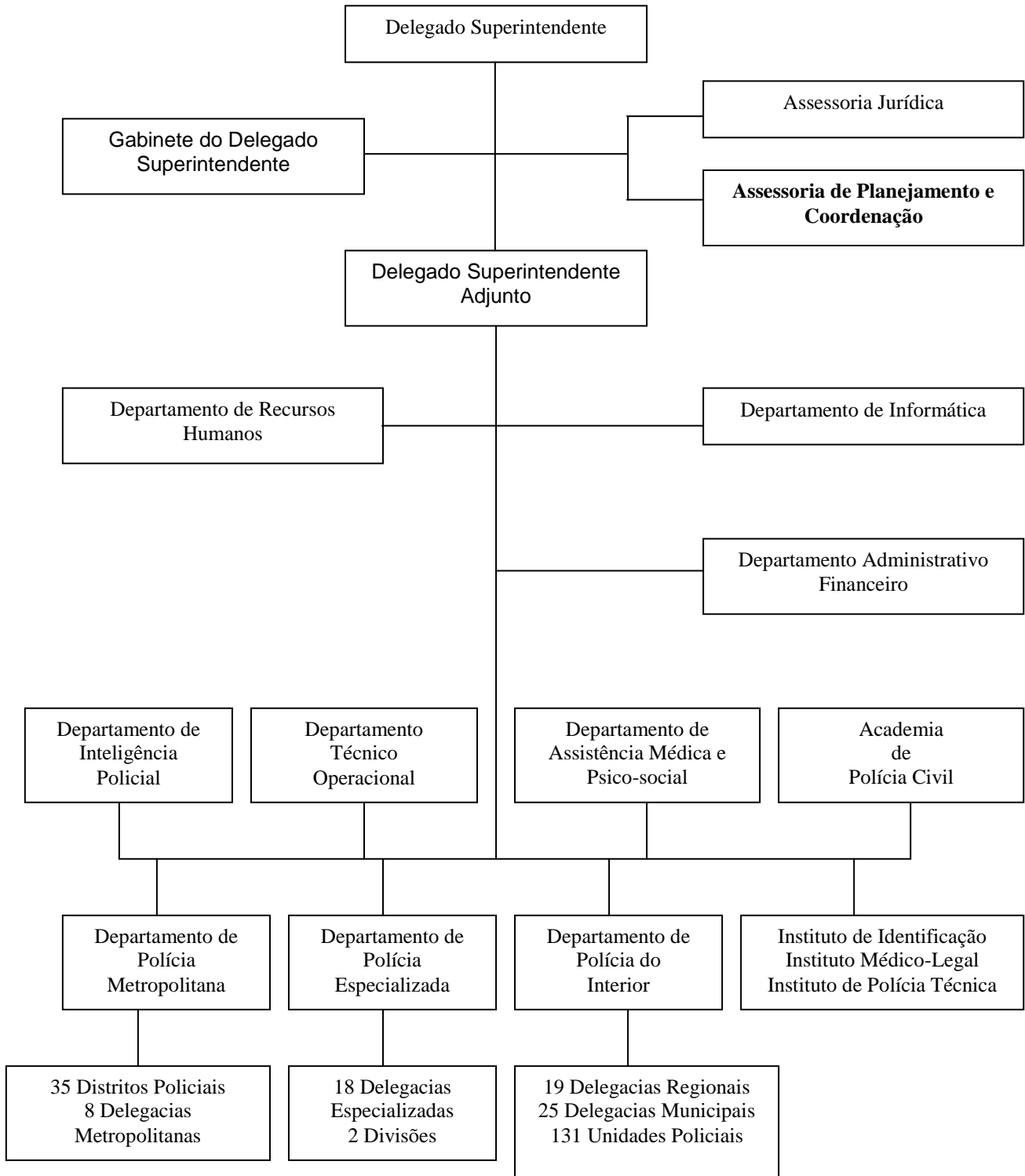
Hoje, os quadros da Polícia Civil de Carreira são preenchidos por concurso público. A sua Academia é a responsável pelo treinamento e formação dos novos policiais, bem como pela reciclagem dos já empossados. Para os cargos de escrivão e inspetor, exige-se o nível médio. No caso do cargo de delegado, é exigido o título de bacharel em direito, com provas de títulos.

A Polícia Civil é dirigida por um Delegado de Polícia de Carreira, que passa a ser o Delegado Superintendente, cargo de provimento em comissão, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado do Ceará. Sua estrutura básica administrativa é disposta conforme o organograma abaixo:

- Gabinete do Delegado Superintendente e Adjunto;
- Assessoria Jurídica;
- Assessoria de Planejamento e Coordenação;
- Departamento de Recursos Humanos;
- Departamento de Informática;
- Departamento Administrativo Financeiro;
- Departamento de Inteligência Policial;
- Departamento Técnico-Operacional;
- Departamento de Assistência Médica e Psico-social;
- Departamento de Polícia Metropolitana: 34 distritos policiais e 08 delegacias metropolitanas;
- Departamento de Polícia Especializada: 11 delegacias especializadas;
- Departamento de Polícia do Interior: 19 delegacias regionais, 23 delegacias municipais e 133 unidades policiais;

- Academia de Polícia Civil (APOC). (MELO, 2007)

De acordo com Melo (2007, p.46), a Superintendência da Polícia Civil está organizada da seguinte forma:



As delegacias distritais estão, em sua grande maioria, localizadas em bairros periféricos. Sua atuação é limitada geográfica e administrativamente a uma área que se estende além do bairro onde está encravada, obedecendo aos limites de atuação policial.

As delegacias especializadas atuam em todo o Estado do Ceará, respeitando limites operacionais, quais sejam: valores monetários, tipos de crimes, sexo, idade e demais especificidades para as quais foram criadas. As delegacias metropolitanas estão sediadas em municípios circunvizinhos à área da Capital do Estado.

As delegacias regionais estão situadas em municípios de grande representação geopolítico-econômico do Estado, dando suporte administrativo às delegacias municipais que, por sua vez, atuam em área limite do município ao qual pertence.

As unidades policiais funcionam como representação da polícia em pequenos municípios e se subordinam às delegacias regionais da região em que se situam, sendo de inteira responsabilidade dos delegados da regional a lavratura dos autos de prisão em flagrante e inquéritos policiais. Sua chefia fica a cargo de policiais civis (Inspetores ou Escrivães) ou militares (nomeados a partir da função de Cabo).

O contingente da Polícia Civil do Estado do Ceará, de acordo com levantamento feito no Departamento de Recursos, é de 1.948 policiais (excetuando-se os servidores afastados aguardando aposentadoria, de licença extraordinária, de licença por interesse particular ou com suspensão de vínculo), distribuídos nos cargos de Delegado, Escrivão e Inspetor.

Compete ao Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe:

- a) Exercer atividades que envolvem direção, gerência, supervisão, coordenação, planejamento, orientação, execução e controle das ações e operações policiais voltadas para a manutenção da ordem e da segurança pública no âmbito da Polícia Civil;
- b) Promover a instauração e presidir os procedimentos policiais voltados à apuração dos crimes e contravenções penais que sejam de competência da Polícia Judiciária Estadual ou daquele cuja investigação lhe for cometida;

c) Desempenhar outras atividades atinentes aos serviços e funções próprias de Polícia Judiciária, entre outras.

Compete ao Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe:

- a) Sob supervisão direta de Delegado de Polícia, dar cumprimento às formalidades processuais e executar tarefas relativas à preparação e realização de Inquéritos Policiais e de procedimentos instaurados na Delegacia em que servir;
- b) Proceder à lavratura de termos, autos e mandados;
- c) Diligenciar quanto ao cumprimento das formalidades e prazos legais necessários à ulitimação e à remessa dos procedimentos aos órgãos competentes;
- d) Realizar tarefas correlatas de apoio policial e administrativo e desempenhar outras atividades atinentes aos serviços cartorários nas Delegacias de Polícia, entre outras atribuições.

Compete aos Inspectores de Polícia Civil de 1ª Classe:

- a) Efetuar prisões em flagrante ou mediante mandado, conduzindo e escoltando presos, quando for necessário;
- b) Cumprir mandados expedidos pela autoridade judiciária competente;
- c) Executar outras determinações emanadas da autoridade policial ou chefia competente;
- d) Manter o sigilo necessário à elucidação do fato e às investigações a seu cargo, como auxiliar da Autoridade Policial.
- e) Cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas das autoridades policiais;
- f) Proceder, com zelo e presteza, na esfera de suas atribuições, às diligências que lhe forem determinadas pela Autoridade Policial a que estiver subordinado;
- g) Tomar providências preliminares sobre qualquer ocorrência policial de que tiverem conhecimento, dando a respeito, ciência à autoridade competente, mesmo que se trate de assunto estranho às atribuições da Delegacia ou órgão policial a que pertençam;
- h) Realizar diligências, sindicâncias e investigações atribuídas à Delegacia ou órgão a que estiverem subordinados, entre outras atribuições.

Os inspetores representam 67,50% do total de policiais civis. Escrivães somam um percentual de 20,64% e Delegados 11,86%. Há um concurso em andamento para

preenchimento de 220 vagas para escrivães e 83 para delegados. Mesmo assim, o efetivo da polícia civil cearense não tem acréscimo considerável há vinte anos.

Efetivo da Polícia Civil permanece igual há 20 anos.
Número de profissionais => Em 20 anos, a quantidade de profissionais que trabalha na Polícia Civil permaneceu praticamente a mesma. São cerca de 2 mil homens. Já a população no Ceará aumentou em 53% no mesmo período. (CAVALCANTE, 2007)

Mais adiante veremos como alguns fatores, como evasão, aposentaria e demais afastamentos, têm feito com que o número de policiais civis, que em 1985 era de, aproximadamente, 1.700 servidores, hoje permaneça com um número de 1.948 profissionais, mesmo tendo a população crescido 53%.

Os crimes ganharam uma modernidade (como o seqüestro virtual) e rapidez de execução (como o seqüestro relâmpago), outras formas de delitos foram inseridas no cotidiano, principalmente relacionadas à informática e clonagens de cartões magnéticos.

De acordo com o Documento da Polícia Civil do Estado do Ceará, o número de policiais encontra-se composto e distribuído da seguinte forma:

QUADRO 1 – CARGO/FUNÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

CARGO / FUNÇÃO	Nº
Delegados de 1ª classe	137
Delegados de 2ª classe	57
Delegados de 3ª classe	26
Delegados de classe especial	11
Escrivão de 1ª classe	204
Escrivão de 2ª classe	00
Escrivão de 3ª classe	10
Escrivão de classe especial	188
Inspetor de 1ª classe	654
Inspetor de 2ª classe	158
Inspetor de 3ª classe	223
Inspetor de classe especial	280
TOTAL	1.948

FONTE: DRH/ POLÍCIA CIVIL (18/06/2007)

OBS: No quadro acima não estão incluídos os servidores afastados aguardando aposentadoria, bem como, de licença extraordinária, de licença por interesse particular ou com suspensão de vínculo.

Cargo Público pode ser definido como sendo o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades de natureza permanente cometidos ou cometíveis a um servidor público com as características essenciais de criação por Lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo ou em comissão. (ANGHER, 2004)

Função Pública é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor público, cuja extinção dar-se-á quando vagar. (ANGHER, 2004).

Classe é o conjunto de cargos ou funções da mesma natureza funcional e semelhantes quanto aos graus de complexidade e nível de responsabilidade. A ascensão funcional do Policial Civil faz com que ele passe da classe onde se encontra para outra de número imediatamente mais elevado. (ANGHER, 2004).

O ingresso na Polícia Civil é feito na classe inicial (1ª classe), após o candidato ser aprovado em cinco fases: prova escrita, avaliação psicológica, prova oral, exame de capacidade física e curso de formação e treinamento profissional. Durante a posse, é feito o seguinte juramento:

Prometo observar e fazer observar rigorosa obediência às leis, aos princípios e normas contidos no estatuto e regulamento da Polícia Civil. prometo desempenhar minhas funções com desprendimento e probidade e respeitar a dignidade e integridade física do ser humano. prometo considerar como inerentes à minha pessoa a reputação e a moralidade da polícia civil a que agora passo a servir. (CEARÁ, 1993)

Carreira é o conjunto de classes da mesma natureza funcional e hierarquizadas segundo o grau de responsabilidade e complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento do servidor nas classes dos cargos e funções que a integram. Quando da pesquisa, 226 policiais civis estavam afastados.

De acordo com Cavalcante (2007, p. 3), “[...] problemas como aposentadorias, pedidos de demissões ou exonerações na busca por melhores salários reduziram o efetivo”.

Os motivos de afastamento variam conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2 – TIPOS DE AFASTAMENTOS DOS POLICIAIS CIVIS

TIPO DE AFASTAMENTO	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
AGUARDANDO APÓS COMPULSÓRIA	DELEGADO	ESPECIAL	3
	DELEGADO	1ª	1
	ESCRIVÃO	4ª	1
	INSPETOR	4ª	1
	INSPETOR	1ª	1
AGUARDANDO APÓS INVALIDEZ	DELEGADO	2ª	1
	DELEGADO	1ª	1
	ESCRIVÃO	4ª	4
	ESCRIVÃO	1ª	1
	INSPETOR	4ª	8
	INSPETOR	3ª	11
	INSPETOR	2ª	5
AGUARDANDO APÓS INVALIDEZ PROPORCIONAL	INSPETOR	1ª	3
	ESCRIVÃO	4ª	2
AGUARDANDO APÓS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	INSPETOR	3ª	2
	DELEGADO	2ª	1
	DELEGADO	1ª	1
	INSPETOR	4ª	2
AGUARDANDO APÓS TEMPO DE SERVIÇO	INSPETOR	3ª	1
	DELEGADO	ESPECIAL	6
	DELEGADO	2ª	11
	DELEGADO	1ª	3
	INSPETOR	4ª	25
	INSPETOR	3ª	6
	INSPETOR	2ª	1
AGUARDANDO APÓS TEMPO DE SERVIÇO PROPORCIONAL	ESCRIVÃO	4ª	1
	ESCRIVÃO	3ª	1
EXERCER DIREÇÃO DE ASSOC. DE REPRESENTAÇÃO DE SERVIDORES	INSPETOR	4ª	1
	INSPETOR	3ª	2
LICENÇA ESPECIAL	INSPETOR	4ª	1
LICENÇA EXTRAORDINÁRIA	ESCRIVÃO	4ª	2
	INSPETOR	2ª	1
LICENÇA GESTANTE	DELEGADO	1ª	1
	ESCRIVÃO	1ª	1
	INSPETOR	1ª	1
LICENÇA INTERESSE PARTICULAR	INSPETOR	4ª	1
LICENÇA P/ ACOMPANHAR CÔNJUGE	DELEGADO	1ª	1
	ESCRIVÃO	1ª	1
LICENÇA P/ACOMP.FAMILIAR DOENTE	INSPETOR	1ª	1
TOTAL (1)	-	-	128

QUADRO 2 – TIPOS DE AFASTAMENTOS DOS POLICIAIS CIVIS – CONT.

TIPO DE AFASTAMENTO	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE
LICENÇA SAÚDE	DELEGADO	1ª	2
	ESCRIVÃO	4ª	1
	ESCRIVÃO	1ª	3
	INSPETOR	3ª	1
	INSPETOR	2ª	2
	INSPETOR	1ª	2
LICENÇA SAÚDE PRORROGAÇÃO	DELEGADO	2ª	1
	DELEGADO	1ª	3
	ESCRIVÃO	4ª	14
	ESCRIVÃO	3ª	1
	ESCRIVÃO	1ª	5
	INSPETOR	4ª	12
	INSPETOR	3ª	9
	INSPETOR	2ª	1
	INSPETOR	1ª	12
MANDATO ELETIVO	ESCRIVÃO	4ª	1
	INSPETOR	4ª	1
SUSPENSÃO DE VÍNCULO	DELEGADO	1ª	4
	ESCRIVÃO	1ª	20
	INSPETOR	2ª	3
TOTAL (2)	-	-	98
TOTAL GERAL (1+2)	-	-	226

FONTE: RH POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ.

Excetuando-se os licenciados contemplados na população em estudo, temos que fazer ainda uma redução de 81 policiais, fazendo um total de 1.867 indivíduos para estudo.

3. A SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

3.1. Principais Gestores da Segurança Pública do Ceará e os fatos mais importantes para a Polícia Civil em cada denominação

A Segurança Pública no Ceará foi dividida em cinco períodos. O primeiro período corresponde ao período em que o Portugal dominava o Brasil, tendo como principal missão assegurar a empresa da colonização.

O 2º Período Histórico da Segurança Pública está relacionado com a vinda da família real ao Brasil.

Em 1937 foi criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública e extinta a Chefatura de Polícia. Este é o quarto período da Segurança Pública do país.

Entre 1994 e 2002, ocorreram outras mudanças, sendo este, o quinto período da Segurança Pública Estadual.

Os quadros abaixo demonstram os principais fatos ocorridos em cada período em cada gestão dos Secretários de Segurança Pública do Estado do Ceará.

**Quadro 04: Fatos importantes para a Polícia Civil em cada denominação: Secretaria de Segurança Pública-
1971/1990**

ANO	GESTOR	PRINCIPAIS FATOS PARA A POLÍCIA CIVIL
1971	decreto nº 9.440, de 16/06/1971	Altera a denominação da Secretaria de Polícia e Segurança Pública (SPSP) para Secretaria de Segurança Pública (SSP)
1971	Luiz Henrique de Oliveira Domingues	Construção do prédio da Escola de Polícia Civil, do Quartel General da PM, do 4º e 8º DP, reforma do 1º e 7º DP e da DOPS-Delegacia departamentos, de Ordem e Política Social, do IML e alguns departamentos, promoveu cursos de preparação e treinamentos para policiais civis na Escola de Polícia Civil; iniciou obras do 9º DP; reformou o prédio da SSP; reestruturou as carreiras policiais com concursos públicos e posterior curso na Escola de Polícia Civil; reaparelhou o IPT (Instituto de Polícia Técnica); instalou o Serviço de Operações Policiais; fez estudos de interiorização da Polícia Civil; instalou o IML com "Rabecão (bairro Parquelândia); criou o Conselho de Segurança do Estado; adquiriu veículos e equipamentos; elaboração do projeto do Estatuto do Grêmio da Polícia Civil (GREPOLCI); instalou a POLINTER
1973	José Aragão Cavalcante	Inaugurou o novo prédio da Escola de Polícia Civil, do 9º DP; reaparelhou o 6º DP; abriu cursos regulares para Policiais Civis; instalou Postos de Identificação e o Serviço de Estatística Policial; reorganizou a Polícia Civil de Carreira visando a interiorização de seus serviços e designou delegados para curso superior em Brasília
1975	Edilson Moreira da Rocha (novamente)	reaparelhou Postos Policiais; instalou Postos de Identificação no interior; conseguiu aumento de salário para os policiais; adquiriu viaturas; inaugurou o 10º, 11º, 12º e 13º DP, Postos Policiais do 4º, 5º, 6º e 7º DP, as Delegacias de Juazeiro do Norte e Sobral; instalou a Delegacia de Acidentes de Trânsito e Veículos, Postos de Identificação no 3º, 5º e 6º DP, a Delegacia de Iguatu, a Sala de Alarme Bancário da SSP e a Delegacia de Menores
1979	Francisco de Assis Bezerra	Proibiu pessoas estranhas nos Postos Policiais; extinguiu as carteiras de "Policial Amador"; promoveu blitz para reduzir a criminalidade; deu posse a novos servidores; implantou o Plano de Reclassificação na Carreira dos Policiais; iniciou a interiorização da Polícia Civil; implantou o COE (Comando de Operações Policiais), o GAP (Grupo de Apoio Policial) para agilizar informações nos locais de crime; extinguiu a Delegacia de Homicídios; instalou a Delegacia de Defraudações e Falsificações e a de Capturas; inaugurou delegacias no interior, o 14º DP; um anfiteatro no 5º andar da SSP e reformou prédios.
1983	José Feliciano de Carvalho	Reorganizou a Delegacia de Furtos e Roubos; desativou o COE e GAB; descentralizou os plantões; informatizou setores; inaugurou as Delegacias de Economia Popular e Sonegação Fiscal, o 18º, 22º e 34º DP; iniciou a construção do atual prédio do IML e Postos Policiais; reformou Delegacias; adquiriu veículos e realizou concurso para agentes.
1986	Gonçalo Claudino Sales	Descentralizou os trabalhos policiais; inaugurou o 23º, 24º DP, o prédio do IML e a Delegacia de Defesa das Mulheres; determinou o fechamento de todos os cassinos e casas de apostas.
1987	Gilberto Aparecido Américo	Inauguração do 16º e 25º DP.
1988	Moroni Bing Torgan	Agilizou trabalhos da Corregedoria; adquiriu equipamentos e viaturas modernos; criou a DEPE (Delegacia de Proteção ao Estudante), efetuou prisões de pistoleiros.

FATOS IMPORTANTES PARA A POLÍCIA CIVIL EM CADA DENOMINAÇÃO: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA- 1991/1997 (cont.)

1991 Francisco Carlos Araújo Crisóstomo	Combateu o tráfico de entorpecentes, pistolagem e assaltos a instituições financeiras; extinguiu os Postos Policiais; instalou no Instituto de Criminalística um microcomputador balístico e um laboratório de Física e Química, além de outros equipamentos e reforma no prédio; criou o Departamento de Informática; aparelhou Delegacias Regionais e várias delegacias da capital; adquiriu armas, munição, viaturas, 2 rabeções, uma ambulância e outros equipamentos policiais; promoveu Curso de Formação para delegado, escrivão e motorista, além de cursos para servidores; abriu concurso público para agente de Polícia Civil; inaugurou o 28º, 29º e 30º DP. Após um flagrante de tortura na DFR, foi exonerado do cargo.
1993 Francisco Quintino Farias	Sancionada a Lei 12.124 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira); criação do Conselho Estadual de Segurança Pública, da Divisão de Homicídios, da Delegacia de Crimes Contra a Fé Pública, do Departamento Especial de Investigação Criminal (DEIC) e o Departamento de Narcóticos; reformou várias Delegacias e convocou aprovados em vários cargos.
1995 Edgar Fuques	Instalação do SINDES (Sistema Integrado de Defesa Social); recuperou imóveis de delegacias na capital e interior, de Departamentos e do IML para funcionamento do Instituto de Criminalística; transformou 135 Delegacias Municipais e Unidade Policiais em virtude do número reduzido de delegados; reduziu o número de assaltos a banco e veículos furtados. Denúncias desenvolvimento de policiais civis e militares em diversos tipos de crimes feitas pelo Policial Civil João Alves de França- "Caso França" causou reformas na estrutura da Polícia do Ceará e fez cair o Secretário.

Quadro 05: Fatos importantes para a Polícia Civil em cada denominação: Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania-1997/2003

ANO	GESTOR	PRINCIPAIS FATOS PARA A POLÍCIA CIVIL
1997	Lei nº 12.691, de 16/03/1997	Altera a denominação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) para Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC)
1997	Cândido Vargas Freire	Transferência do Gabinete do Palácio Central para o antigo Palácio do Governo; afastou os policiais civis e militares incluídos no relatório que apurou as denúncias do "Caso França"; enfrentou a greve de policiais com confronto entre as duas polícias, onde saiu ferido a bala o Comandante da PM e vários policiais foram afastados; combateu crimes de maior frequência; reformou Unidades Policiais e o IML; adquiriu um helicóptero, viaturas e equipamentos; criou e instalou três Distritos Modelos em Fortaleza e o CIOPS; reformou prédios e informatizou delegacias.
1998	João Crisóstomo de Sousa	Promoveu cursos regulares com grande participação dos policiais, inaugurou o CIOPS para facilitar o atendimento aos cidadãos; adquiriu veículos, equipamentos, móveis, utensílios e equipamentos; reformou dezenove Delegacias e fez um trabalho eficiente no combate aos furtos e roubos de veículos.
1999	Cândido V. Freire (novamente)	permaneceu na função até o final do governo de Tasso Jereissati
2003	Lei nº 13.297, de 07/03/2003	Altera a denominação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) para Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)
2003	Francisco Wilson Nascimento	Houve repasse de verbas do Ministério da Justiça para a segurança, investidos em viaturas, armamentos, material de informática, equipamentos técnicos-científicos, etc.; foram inauguradas as Delegacias Municipais de Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe e a Delegacia Eletrônica em Fortaleza. A denúncia de um grupo de extermínio a serviço de empresários locais, fez com que o Secretário se demitisse.
2005	Théo Espíndola Basto	Inaugurou as novas sedes do 8º, 5º, 16º DP, a delegacia Metropolitana de Caucaia e as Delegacias de Defesa da Mulher de Caucaia e de Maracá-naú; instalou as Unidades de Segurança Integrada - USIS em algumas cidades do interior; inaugurou o Núcleo de Ciências Forenses de Criminalística (IML, Criminalística e Identificação) de Sobral e Juazeiro do Norte; criou e instalou a Delegacia Anti-sequestro; deu posse a novos policiais e empreendeu esforços para que fossem esvaziados os xadrezes das delegacias da capital, transferindo-os para a Casa de Privação Provisória de Liberdade em Caucaia e Itaitinga. Foi criada a delegacia de Guaramiranga e São gonçalo do Amarante, e a de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária em Fortaleza. Na sua gestão foi comprado o prédio do CPOR (av. Bezerra de Menezes) para abrigar futuramente a SSPDS; o prédio da Superintendência da Polícia Civil passou a chamar-se "General Manuel Cordeiro Neto",
2007	Roberto Monteiro	lançado o projeto "Ronda do Quarteirão", com o anúncio da compra de viaturas de luxo (Hilux), que até o final do ano não havia sido posto em prática; greve dos policiais civis por quase quinze dias; desgaste em virtude de sucessivos erros e problemas envolvendo PM"s.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa pretende explicitar o conhecimento quantitativo e qualitativo do quadro policial civil cearense, na tentativa de que os resultados sirvam de base para estudos em busca de um trabalho de qualidade dos policiais, resgatando seus valores éticos, tanto na área profissional quanto para o indivíduo enquanto ser humano, atuante na sociedade como braço armado do Estado. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de campo através de questionários, por amostragem, alicerçada a pesquisas bibliográficas.

Vale ressaltar que esta pesquisa, pela pretensão pretendida, é pioneira no Estado do Ceará neste tema, com relação à população da classe policial atingida, o que reduziu bastante as referências bibliográficas, contando-se para isto com assuntos atuais publicados em jornais cearenses, que muito contribuíram para a decisão da realização do trabalho e sua execução.

Notadamente foi dada importância a pesquisas sobre a história da Polícia Civil do Estado do Ceará, sua competência constitucional, o estatuto que rege seus membros, o perfil desejado para os profissionais da área, as atribuições do cargo, além daquelas julgadas pertinentes, durante a leitura diária, que possam ter influência sobre o fenômeno pesquisado.

4.1. População

De acordo com Bussab e Morettin (2004, p.256), “população é o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação”.

A população em estudo é constituída de todos os Policiais Civis do Estado do Ceará, Delegados, Escrivães e Inspetores, que estão em seus locais de trabalho. Portanto, restringiu-se àqueles do serviço ativo, distribuídos geograficamente em todo o Estado, nos 34 Distritos Policiais, 08 delegacias metropolitanas, 11 delegacias especializadas, 19 delegacias regionais no interior do estado e 23 delegacias municipais. São ao todo 1.948 policiais, conforme pesquisa realizada no DRH da instituição em 18/06/2007, trabalhando em torno de 40 horas semanais, ou em regime de escala de plantão 24x72 (trabalham 24 horas e folgam três dias).

Para que uma população em estudo fique bem definida em uma pesquisa de campo, é preciso explicitá-la claramente:

Embora a identificação e a descrição da população sejam fundamentais no processo inferencial, é comum os pesquisadores dedicarem mais atenção em descrever a amostra do que a população para a qual serão feitas afirmações. É imprescindível que se explicita claramente a população investigada (BUSSAB;MORETTIN, 2004)

Desse total, 226 policiais encontravam-se afastados por vários motivos, não estando computado no total geral os: afastados aguardando aposentadoria (114), de licença extraordinária (03), de licença por interesse particular (01) ou com suspensão de vínculo (27). Porém o restante, por não poder ser atingido pela pesquisa, foram excluídos do total: exercer direção de associação de representação de servidores (03), licença especial (01), licença gestante (03), licença para acompanhar cônjuge (02), licença para acompanhar familiar doente (01), licença saúde (11), licença saúde prorrogação (58), mandato eletivo (02), perfazendo um total de 81 policiais que não poderiam ser computados, o que fez com que a população total caísse para 1.867 policiais.

4.2. Amostragem

Segundo Stevenson (1981, p. 158), “A finalidade da amostragem é fazer generalizações sobre todo um grupo sem precisar examinar cada um de seus elementos. A parcela do grupo examinada é chamada *amostra* [...]”.

Para construir o percurso da pesquisa, o procedimento amostral adotado foi de amostra aleatória, no período de julho a outubro de 2007, com o objetivo de levantar o perfil do Policial Civil Cearense. Escolheu-se aleatoriamente delegacias da capital (pólos-plantonistas e distritais), delegacias da região metropolitana, delegacias especializadas e divisões. Para as delegacias do interior nomeou-se aleatoriamente delegacias regionais e municipais obedecendo as regiões de recorte do Ceará: Norte, Sul, Sertão Central, Leste e Oeste. Desta forma, a amostra do estudo foi composta de 337 policiais que representa uma amostragem de 18,05% de policiais civis ativos que executam suas atividades em diversas delegacias da capital e do interior, conforme descrito anteriormente. Com este percentual buscou-se evitar prejuízos ao trabalho pretendido com a possibilidade de alguns questionários não serem devolvidos. Foram devolvidos, devidamente preenchidos, 241 (duzentos e quarenta e um) questionários.

Trata-se de uma pesquisa de modelo descritivo, ou seja, com análise quantitativa de dados. Neste caso, para seu desenvolvimento, recorre-se à pesquisa de campo, que: objetiva conseguir informações de conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, cujo interesse está voltado para o estudo de indivíduos ou grupos visando a compreensão de vários aspectos da sociedade. (BUSSAB; MORETTIN, 2004)

4.3. Instrumentos de coleta de dados

Foram elaborados dois tipos de questionários como instrumentos de coleta de dados (*survey*). Um deles, de caráter quantitativo, com características e informações individuais, continha 15 perguntas que versavam sobre o perfil do policial civil do Estado do Ceará, utilizando o método de entrevista direta, contemplando questões fechadas. Um segundo questionário, contendo características do trabalho, continha 29 questões abertas e fechadas, foi aplicado com o objetivo de avaliar as dificuldades do policial civil no seu trabalho e sua opinião sobre a função, evasão, rotina, sindicato, corregedoria, etc.

Complementarmente aos dados primários acima, outros dados foram coletados através de pesquisa bibliográfica (dados secundários), a partir de publicações científicas, livros, pesquisa documental, periódicos e em sites da Internet.

Os instrumentos de coleta de dados, incluindo os objetivos da pesquisa, foram submetidos aos responsáveis hierárquicos na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará e, após análise pelos mesmos, foi concedida autorização para aplicação dos questionários junto aos policiais em todo o estado. O Superintendente da Polícia Civil, Delegado Luiz Carlos Dantas, se mostrou receptivo ao eventual desenvolvimento da pesquisa. No DRH os dados solicitados sobre o efetivo da instituição foram prontamente atendidas após recebimento de ofício pela diretora do órgão, Sônia Maria Gurgel do Amaral.

Para as delegacias da capital e região metropolitana de Fortaleza, a entrega e posterior recebimento dos envelopes ficou a cargo do DPM (Departamento de Polícia Metropolitana). Para as especializadas, as pesquisas envelopadas foram enviadas e recebidas através do DPE (Departamento de Polícia Especializada).

Vale ressaltar que neste departamento, todas as delegacias pesquisadas responderam com êxito a pesquisa. No interior do Estado, os questionários foram remetidos via DPI (Departamento de Polícia do Interior). A grande surpresa ficou com a quantidade de questionários devolvidos, pois temíamos que a distância prejudicasse o retorno, o que não aconteceu. O tempo gasto nesta atividade foi de um pouco mais de três meses.

4.4 Organização e análise dos dados

Para melhor estudo dos dados, recorreu-se ao programa Excel para análise e consolidação dos dados.

Os dados obtidos por meio do primeiro questionário sobre o perfil foram digitados e organizados em planilha eletrônica e tratados por técnicas estatísticas descritivas, que é “a parte da estatística que procura somente descrever e analisar um certo grupo, sem tirar quaisquer conclusões ou inferências sobre um grupo maior [...] (SPIEGEL, 1985).

Quanto ao segundo questionário, a leitura das respostas às duas perguntas abertas permitiu, pela análise dos textos, identificar padrões de respostas quanto às causas de afastamento dos policiais civis de seu trabalho e os motivos, bem como às dificuldades e necessidades do policial no desenvolvimento de suas atividades. Em seguida, para este questionário, estabeleceu-se a contagem de respostas semelhantes que foram expressas em porcentagem.

4.5 Identificação e definição das variáveis

Definir uma variável é dizer como ela será tratada na pesquisa. Variável é qualquer medida ou contagem que pode assumir diferentes valores de um indivíduo para outro. São variáveis porque, como são diferentes para cada pessoa ou região, permitem comparar os indivíduos ou regiões entre si. (MESQUITA, 2006)

A identificação e definição das variáveis foram conhecidas logo no início da pesquisa, ainda quanto do planejamento do trabalho, a fim de orientar a elaboração dos questionários de coleta de dados primários (fornecidos pelos entrevistados) e dados secundários (obtido através de documentação).

Variáveis estudadas:

- Dados pessoais: função, idade, sexo, estado civil, número de dependentes e domicílio.
- Situação profissional: jornada de trabalho, tempo de serviço, remuneração (salário e outra atividade), motivo de escolha da profissão, relações de trabalho, tarefas desempenhadas, evasão, acesso a instrumentos informativos, utilização e conhecimento da informática, perigo da profissão, demanda de treinamento, equipamentos utilizados e atuação da Corregedoria.
- Situação sócio-econômica e cultural: Faixa de renda familiar, condições de habitação, saúde e lazer, nível de escolaridade, conhecimento de outros idiomas e meios de comunicação usual.
- Nível político-classista: Filiação ao sindicato ou associação da categoria, participação em reuniões sindicais, nível de conhecimento do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará, do Estatuto da Polícia Civil e das atribuições de cada cargo.

4.6 Limitações da pesquisa

As maiores dificuldades encontradas na realização desta pesquisa relacionaram-se à fase de coleta dos dados, com o retorno tardio de parte dos questionários respondidos e a dificuldade em sensibilizar o policial para a participação na pesquisa. Também houve dificuldade com as fontes de pesquisa, que são quase inexistentes sobre a temática escolhida, principalmente no diz respeito a uma instituição policial.

Em algumas delegacias, os questionários foram respondidos prontamente, noutras foram necessários vários contatos telefônicos e físicos para que os questionários fossem preenchidos. Em outras delegacias, tanto da capital como do interior, houve resistência maior e, por mais que houvesse insistência na seriedade do trato das respostas, o “medo de se envolver”, a “falta de tempo” ou “ninguém recebeu o pacote com os questionários por aqui” foram as justificativas apresentadas, embora haja comprovante do recebimento por parte das delegacias. Para melhor garantir o sigilo da remessa dos questionários, fato apontado por alguns policiais como motivo para a não devolução, apelou-se para o SINPOCI (Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Ceará), onde concentrou-se o recebimento dos envelopes e divulgou-se sua seriedade.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira parte da Pesquisa de Campo foi feita uma análise descritiva das características relacionadas com o perfil. Na segunda parte, fez-se uma análise qualitativa das respostas com maior frequência às duas perguntas abertas, quantificando-as em termos de percentuais.

Na apresentação e na análise dos dados foi considerada a mesma seqüência do questionário aplicado. Participaram da pesquisa 241 policiais civis.

Inicialmente foram tabuladas as respostas relacionadas às características e informações individuais colhidas no primeiro questionário.

No item relacionado à função, a maioria dos entrevistados são Inspetores (69,7%), seguindo-se os Escrivães (20,2%) e, em um número menor, os Delegados (10,1%), como mostra a tabela abaixo. Este percentual também é bem próximo da população em estudo, conforme descrito anteriormente

Tabela 01. Distribuição dos policiais civis que compõem a amostra, segundo os cargos

CARGOS	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Delegado	24	10,0	10,1	10,1
Escrivão	48	19,9	20,2	30,3
Inspetor	166	68,9	69,7	100,0
Total	238	98,8	100,0	
Missing	3	1,2		
Total	241	100,0		

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Na tabela 2 constam os dados relativos à faixa etária dos entrevistados. Foram obtidos os seguintes resultados: os policiais civis cearenses têm uma idade média de 41,12 anos e um desvio padrão de 9,12 anos. O número de policiais jovens na polícia judiciária cearense é baixo. A idade mínima é de 22 anos e a máxima de 67 anos. 18,2% têm entre 36 a 40 anos; 20,3% estão entre 41 a 45 anos e 17,4% têm entre 46 a 50 anos. Há policiais com mais de 60 anos (1,7% dos entrevistados).

Tabela 02. Estatística descritiva da faixa etária dos policiais civis

FAIXA ETÁRIA	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO- PADRÃO
Idade	236	22	67	41,12	9,125

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 03. Distribuição dos policiais civis segundo faixa etária (classes)

FAIXA ETÁRIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
21 a 25 anos	8	3,3	3,4	3,4
26 a 30 anos	24	10,0	10,2	13,6
31 a 35 anos	35	14,5	14,8	28,4
36 a 40 anos	43	17,8	18,2	46,6
41 a 45 anos	48	19,9	20,3	66,9
46 a 50 anos	41	17,0	17,4	84,3
51 a 55 anos	24	10,0	10,2	94,5
56 a 60 anos	9	3,7	3,8	98,3
61 a 65 anos	3	1,2	1,3	99,6
66 a 70 anos	1	0,4	0,4	100,0
Total	236	97,9	100,0	
Missing	5	21,7	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Percebe-se uma participação pequena do sexo feminino na polícia civil do Ceará. Os homens são 72,5% do total. Associa-se este fato a uma questão cultural de que polícia é “coisa” de homem. Este tabu vem mudando a cada concurso com a entrada de mulheres para compor a força policial judiciária do Estado do Ceará, uma vez que os editais não fazem nenhuma restrição ao ingresso de mulheres na polícia civil cearense.

Tabela 04 . Distribuição dos policiais civis segundo sexo

SEXO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Masculino	174	72,2	72,5	72,5
Feminino	66	27,4	27,5	100,0
Total	240	99,6	100,0	-
Missing	1	0,4	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Apesar de ter uma vida estressante e perigosa, o policial não deixa que isto influencie em sua vida conjugal, pois o número de entrevistados que se declararam casados é

de 59,0%. O grupo dos solteiros vem em segundo lugar com 31%. Nota-se uma representação pequena para os quais o casamento não teve continuidade (divorciados 2,9% e desquitados 1,3%). Os que declararam opção por outro estado civil somam 4,6% e os viúvos são 1,3%.

Tabela 05. Distribuição dos policiais civis segundo estado civil

ESTADO CIVIL	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM M VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Solteiro	74	30,7	31,0	31,0
Casado	141	58,5	59,0	90,0
Viúvo	3	1,2	1,3	91,2
Divorciado	7	2,9	2,9	94,1
Desquitado	3	1,2	1,3	95,4
Outro	11	4,6	4,6	100,0
Total	239	99,2	100,0	-
Missing	2	0,8	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

No que se refere ao número de dependentes e domicílio, a média é de quase 2 dependentes por policial, com desvio padrão de 1,502. Os que não têm dependentes são 23,5%. O máximo de dependentes citados foi de 7 membros para 0,4% dos entrevistados, conforme mostra a tabela 6 e 7.

Tabela 06. Estatísticas descritivas do número de dependentes dos policiais civis

	N	MINIMUM	MAXIMUM	MEAN	STD. DEVIATION
Dependentes	234	0	7	1,90	1,502

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 07. Distribuição dos policiais civis segundo número de dependentes

NÚMERO DE DEPENDENTES	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
0	55	22,8	23,5	23,5
1	38	15,8	16,2	39,7
2	65	27,0	27,8	67,5
3	46	19,1	19,7	87,2
4	18	7,5	7,7	94,9
5	7	2,9	3,0	97,9
6	4	1,7	1,7	99,6
7	1	0,4	0,4	100,0
Total	234	97,1	100,0	-
Missing	7	2,9	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A cidade de Fortaleza concentra 72,2% dos domicílios dos policiais entrevistados, enquanto 14,9% disseram ter domicílio na região metropolitana de Fortaleza. Este fato está associado a uma distribuição da maioria do efetivo nas diversas delegacias da capital e da região metropolitana. Fortaleza concentra ao todo 61 delegacias, divididas entre distritos policiais, delegacias metropolitanas, delegacias especializadas, além de duas divisões. No interior do Estado há ao todo 44 delegacias entre regionais e municipais. As unidades policiais, conforme explicado anteriormente, ficam a cargo de policiais militares ou civis, com exceção de delegados. O número elevado de crimes na capital exige um efetivo grande de policiais, mesmo porque as delegacias especializadas, com exceção das delegacias de defesa da mulher, têm sua sede em Fortaleza, embora atuem em todo o Ceará. O problema está no interior do estado, que conta com uma única delegacia em um determinado município, com um contingente mínimo de policiais, para atender ocorrências em diversos municípios. O número de policiais civis que declararam ter domicílio no interior foi de apenas 12,9% do total pesquisado.

Tabela 08. Distribuição dos policiais civis segundo domicílio

DOMICÍLIO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Capital	174	72,2	72,2	72,2
RMF	36	14,9	14,9	87,1
Interior	31	12,9	12,9	100,0
Total	241	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

O quarto item da pesquisa, conforme tabela 9, se refere ao grau de instrução dos entrevistados. A distribuição do grau de escolaridade obtida nos pesquisados apresenta uma polícia com servidores de bom nível de instrução: 19,5% ainda não concluíram o estudo acadêmico, 39,4% têm nível superior completo e 10,4% são pós-graduados. A única função que exige nível superior é o de Delegado. Os que concluíram o nível médio são 25,7%. A não exigência de escolaridade, em períodos passados, para o ingresso na polícia civil do Ceará, faz com que existam policiais que não concluíram o ensino médio (5%) sendo que 2,1% destes possuem apenas o nível fundamental (antiga 8ª série, atual 9º ano).

Tabela 09. Distribuição dos policiais civis segundo grau de instrução

GRAU DE INSTRUÇÃO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Fundamental Completo	5	2,1	2,1	2,1
Médio Incompleto	7	2,9	2,9	5,0
Médio Completo	62	25,7	25,7	30,7
Superior Incompleto	47	19,5	19,5	50,2
Superior Completo	95	39,4	39,4	89,6
Pós-Graduação	25	10,4	10,4	100,0
Total	241	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Com relação ao item sobre Plano de saúde e seguro de acidentes pessoais, foram obtidos os seguintes resultados: mais da metade dos policiais entrevistados disse ter um plano de saúde (54,4%), porém, no que diz respeito a seguros de acidentes pessoais, 72,3% não possuem este benefício. Isto demonstra que 45,6% dos policiais dependem do atendimento do ISSEC (Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Estado do Ceará). É importante analisar neste item o fato do policial não se preocupar em ter um plano de saúde e outro de seguro de acidentes pessoais, uma vez que sua profissão é de risco, e estes dois benefícios seriam fundamentais em um momento difícil. Por outro lado, entende-se que isto é uma questão financeira, uma vez que o seu salário é baixo e benefícios como estes comprometem seu orçamento.

Tabela 10. Distribuição dos policiais civis segundo benefício de plano de saúde

POSSUI BENEFÍCIO DE PLANO DE SAÚDE	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	129	53,5	54,4	54,4
Não	108	44,8	45,6	100,0
Total	237	98,3	100,0	-
Missing	4	1,7	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 11. Distribuição dos policiais civis segundo benefício de seguros de acidentes pessoais

POSSUI BENEFÍCIO DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	66	27,4	27,7	27,7
Não	172	71,4	72,3	100,0
Total	238	98,8	100,0	-
Missing	3	1,2	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

No que se refere ao lazer, meio de comunicação mais utilizado e programa de TV que mais assiste, foram obtidos os seguintes resultados, de acordo com as tabelas 12, 13 e 14: os tipos de lazer preferidos dos policiais civis cearenses são: esporte (28,7%), viajar (18,6%) e cinema e praia (empatados em 11%). A televisão é o meio de comunicação mais utilizado (67,7%) e assistir aos jornais é sua preferência na TV (83%), embora programas policiais sejam vistos por 26,6%. A Internet tem uma representação ainda pequena (14,9%) entre eles.

Tabela 12. Distribuição dos policiais civis segundo o lazer

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Esporte	68	28,2	28,7	28,7
Música	23	9,5	9,7	38,4
Leitura	18	7,5	7,6	46,0
Cinema	26	10,8	11,0	57,0
Praia	26	10,8	11,0	67,9
Dançar	8	3,3	3,4	71,3
Viajar	44	18,3	18,6	89,9
Outros	19	7,9	8,0	97,9
Nenhum	5	2,1	2,1	100,0
Total	237	98,3	100,0	-
Missing	4	1,7	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 13. Distribuição dos policiais civis segundo meios de comunicação

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Televisão	163	67,6	67,6	67,6
Jornal	28	11,6	11,6	79,3
Rádio	6	2,5	2,5	81,7
Revista	8	3,3	3,3	85,1
Internet	36	14,9	14,9	100,0
Total	241	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 14. Distribuição dos policiais civis segundo programas que mais assistem na televisão

PROGRAMA DE TELEVISÃO (MAIS DE UMA RESPOSTA)	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM
Esporte	91	37,8%
Jornal	200	83,0%
Documentários	108	44,8%
Novela	37	15,4%
Programa Policial	64	26,6%
Seriados	45	18,7%
Outros	25	11,4%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Os outros programas vistos pelos policiais civis na televisão, e que foram citados, são:

Tabela 15. Distribuição dos policiais civis segundo outros programas que mais assistem na televisão

PROGRAMAS DE TELEVISÃO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Missing	216	89,6	89,6	89,6
Respondeu mas não especificou	13	5,4	5,4	95,0
Cultos evangélicos	1	,4	,4	95,4
Culturais	1	,4	,4	95,9
Evangélicos	1	,4	,4	96,3
Filmes	3	1,2	1,2	97,5
Filmes com enredo	1	,4	,4	97,9
Filmes Walt Disney	1	,4	,4	98,3
Humor e show musical	1	,4	,4	98,8
Programa ambiental	1	,4	,4	99,2
Programa de auditório	1	,4	,4	99,6
TV canção nova	1	,4	,4	100,0
Total	241	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

No que concerne ao item sobre conhecimento básico de alguma língua estrangeira, se possui computador e uso da Internet, de acordo com as tabelas 16, foram obtidos os seguintes resultados: Inglês é a língua estrangeira de maior conhecimento básico entre os policiais civis (45,6%), seguido de espanhol (19,1%), embora 36,5% não tenha conhecimento básico em nenhum idioma estrangeiro.

Tabela 16. Distribuição dos policiais civis segundo língua estrangeira que tem conhecimento básico

LÍNGUA ESTRANGEIRA	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM
Inglês	110	45,6%
Espanhol	46	19,1%
Francês	18	7,5%
Italiano	8	3,3%
Outra	7	2,9%
Nenhuma	88	36,5%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Apesar de um grande número dos entrevistados possuírem computador (73,9%), o acesso a Internet é raro para 28,8%, e 17,4% não faz uso da rede mundial de computadores. Do total de entrevistados, 34,7% faz uso diário da Internet, enquanto 19,1% usa esse recurso semanalmente.

Tabela 17. Distribuição dos policiais civis segundo possuírem computador

POSSUI COMPUTADOR	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	176	73,1	73,9	73,9
Não	62	25,7	26,1	100
total	238	98,8	100	-
Missing	3	1,2	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 18. Distribuição dos policiais civis segundo uso da internet

FAZ USO DA INTERNET	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Não usa	41	17,0	17,4	17,4
Acessa raramente	68	28,2	28,8	46,2
Usa diariamente	82	34,0	34,7	80,9
Usa semanalmente	45	18,7	19,1	100,0
Total	236	97,9	100,0	-
Missing	5	2,1	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Na segunda parte da Pesquisa de Campo consta a tabulação das respostas relacionadas às características do trabalho colhidas no segundo questionário.

No item Local de trabalho (tabela 19) foram colhidos os seguintes dados: a maioria dos entrevistados trabalha em Fortaleza (75,8%). Comparando-se com o que foi apurado no campo “Domicílio” (tabela 3.2) onde 14,9% residem na região metropolitana, apurou-se que somente 8,3% trabalha nesta área, o que causa deslocamento de 6,6% de policiais para trabalharem na capital. O número dos policiais entrevistados que trabalham no interior do Estado é 15,8%, contra 12,9% que responderam terem domicílio no interior do Estado.

Tabela 19. Distribuição dos policiais civis segundo local de trabalho

LOCAL DE TRABALHO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Capital	182	75,5	75,8	75,8
RMF	20	8,3	8,3	84,2
Interior	38	15,8	15,8	100,0
Total	240	99,6	100,0	-
Missing	1	0,4	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A tabela abaixo mostra os dados em relação à carga horária de trabalho. Foram obtidos os seguintes resultados: as alternativas de respostas para a pergunta sobre as horas semanais de trabalho do policial civil contemplaram duas classificações: carga de 8 horas para os chamados “policiais de expediente”, e os com jornada de trabalho com escala de 24/72 horas para aqueles em regime de plantão. As respostas obtidas revelaram que mais da metade (56,5%) trabalha em regime de 8 horas diária, durante 5 dias da semana. Há um índice de 15,7% que trabalha 48 horas por semana, e 10,4% trabalha 30 horas. Segundo o Art. 39, § 1º do Estatuto dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará, o policial estudante poderá ter redução de até duas horas diárias:

Poderá ser autorizado o afastamento, até duas (2) horas diárias, ao servidor que freqüente curso oficial de 2º Grau ou de ensino superior, podendo a autorização dispor que a redução do horário se dará por prorrogação do início, ou antecipação do término do expediente diário, conforme considerar mais conveniente ao estudante e aos superiores interesses da administração.

Ao todo, 29,5% disseram trabalhar mais de 40 horas semanais. O mínimo de horas de trabalho foi de 24 por semana (que pode estar relacionado a dois plantões de 12 horas, se ele cair em dias de segunda a sexta-feira) e o máximo de horas semanais trabalhadas pelo policial civil foi de 85 horas. A média de horas semanais trabalhadas pelo policial civil do Estado do Ceará é de 41,65 horas, com desvio padrão de 7,522 horas.

Tabela 20. Estatísticas descritivas das horas semanais trabalhadas pelos policiais civis

	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Horas semanais	230	24	85	41,65	7,522

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 21. Distribuição dos policiais civis segundo carga horária semanal (classes)

HORAS	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
24	1	0,4	0,4	0,4
25	1	0,4	0,4	0,9
28	1	0,4	0,4	1,3
30	24	10,0	10,4	11,7
35	2	0,8	0,9	12,6
36	2	0,8	0,9	13,5
38	1	0,4	0,4	13,9
40	130	53,9	56,5	70,4
42	1	0,4	0,4	70,9
44	6	2,5	2,6	73,5
45	5	2,1	2,2	75,7
48	36	14,9	15,7	91,3
50	11	4,6	4,8	96,1
52	1	0,4	0,4	96,5
60	4	1,7	1,7	98,3
72	3	1,2	1,3	99,6
85	1	0,4	0,4	100,0
Total	230	95,4	100,0	-
Missing	11	4,6	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Com relação ao tempo de serviço como policial civil e tempo no serviço público, pode-se dizer que a análise conjunta desses dados indica que a Polícia Civil cearense é o primeiro emprego público para a maioria dos entrevistados. O tempo mínimo como policial civil é de 4 meses e o máximo de 447 meses (37 anos). A média de tempo como policial civil é de 152 meses (12 anos e meio), com desvio-padrão de 124 Meses (10 anos e 3 meses). No serviço público total, os policiais civis têm o mesmo tempo mínimo (4 meses) e no máximo 468 meses (38 anos). A média é de 169 meses (14 anos e 1 mês), com desvio-padrão de 119 (9 anos e 9 meses). Nota-se que as classes onde houve uma concentração maior de policiais,

para ambas as perguntas, foram a primeira (tempo de serviço de 0 a 5 anos) e a que engloba policiais com 20 a 25 anos de serviço, o que demonstra um número considerável de policiais recém-admitidos na polícia e também um número nada desprezível de policiais que estão próximo do tempo de requerer aposentadoria.

Tabela 22. Estatísticas descritivas do tempo de serviço como policial civil

	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Tempo como policial civil (mês)	238	4	447	152,1092	124,30660

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 23. Distribuição dos policiais civis segundo tempo como policial civil (classes)

TEMPO DE SERVIÇO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
0 a 5 anos	78	32,4	32,8	32,8
5 a 10 anos	40	16,6	16,8	49,6
10 a 15 anos	27	11,2	11,3	60,9
15 a 20 anos	11	4,6	4,6	65,5
20 a 25 anos	50	20,7	21,0	86,6
25 a 30 anos	27	11,2	11,3	97,9
30 a 35 anos	2	,8	,8	98,7
35 a 40 anos	2	,8	,8	99,6
Total	238	98,8	100,0	-
Missing	3	1,2	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 24. Estatísticas descritivas do tempo de serviço público do policial civil

	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Tempo de serviço público	226	4,00	468,00	169,9735	119,92972

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 25. Distribuição dos policiais civis segundo tempo no serviço público (classes)

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
0 a 5 anos	58	24,1	25,7	25,7
5 a 10 anos	40	16,6	17,7	43,4
10 a 15 anos	29	12,0	12,8	56,2
15 a 20 anos	16	6,6	7,1	63,3
20 a 25 anos	47	19,5	20,8	84,1
25 a 30 anos	27	11,2	11,9	96,0
30 a 35 anos	8	3,3	3,5	99,6
35 a 40 anos	1	0,4	0,4	100,0
Total	226	93,8	100,0	-
Missing	15	6,2	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A tabela 26 se refere ao salário bruto mensal como policial civil e Salário bruto que o policial julga adequado/justo para o desempenho de suas atividades atuais. De acordo com os dados obtidos, pode-se dizer que o salário bruto médio da maioria dos policiais civis do Estado do Ceará não ultrapassa R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo um dos mais baixos de todo o Brasil, e o menor da região nordeste. 81,7% está nesta condição, enquanto 7% ganha acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A maioria dos entrevistados (88,7%), acredita que um salário bruto de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) seria o adequado para o desempenho de suas atividades. Lembramos que 89,9% dos entrevistados são Escrivães e Inspetores, e que estes profissionais ganham bem abaixo desse valor. O salário bruto mais baixo apontado foi de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e o mais alto foi de 8.694,00 (oito mil, seiscentos e noventa e quatro reais). A média de salário bruto dos policiais civis cearenses é de R\$ 1.982,05, com desvio-padrão de R\$ 1.317,86. A média de salário considerado justo é de R\$ 4.769,41, com desvio-padrão de R\$ 2.850,72.

Tabela 26. Estatísticas descritivas do salário bruto do policial civil

	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Salário Bruto	229	800,00	8694,00	1982,0534	1317,86180

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 27. Distribuição dos policiais civis segundo salário bruto

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
R\$ 500 a R\$ 1000	2	0,8	0,9	0,9
R\$1000 a R\$ 1500	99	41,1	43,2	44,1
R\$ 1500 a R\$ 2000	86	35,7	37,6	81,7
R\$2000 a R\$2500	19	7,9	8,3	90,0
R\$ 2500 a R\$ 3000	2	0,8	0,9	90,8
R\$ 3500 a R\$ 4000	1	,4	0,4	91,3
R\$ 4500 a R\$ 5000	4	1,7	1,7	93,0
Maior que R\$ 5000	16	6,6	7,0	100,0
Total	229	95,0	100,0	-
Missing	12	5,0	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 28. Estatísticas descritivas do salário bruto justo conforme opinião do policial civil

	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Salário Bruto justo	229	1600,00	18000,00	4769,4105	2850,72655

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 29. Distribuição dos policiais civis segundo opinião do salário bruto justo (classes)

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
R\$ 1000 a R\$ 3000	74	30,7	32,3	32,3
R\$ 3000 a R\$ 5000	105	43,6	45,9	78,2
R\$ 5000 a R\$ 7000	24	10,0	10,5	88,6
R\$ 7000 a R\$ 9000	9	3,7	3,9	92,6
R\$ 9000 a R\$ 11000	5	2,1	2,2	94,8
R\$ 11000 a R\$ 13000	5	2,1	2,2	96,9
Maior que R\$ 13000	7	2,9	3,1	100,0
Total	229	95,0	100,0	-
Missing	12	5,0	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

O salário bruto mínimo mensal que o policial aceitaria para ficar na polícia também foi pesquisado. Este item leva em conta a possibilidade de redução do salário em virtude da retirada de algumas gratificações que compõem o salário bruto dos mesmos. A média apontada foi de R\$ 1.682,16, com desvio-padrão de 1.917,86. Dos 241 policiais pesquisados,

110 (56,1%) apontaram que um valor menor que R\$ 1.000,00 os fariam pedir demissão da polícia. 35,2% não aceitaria receber salário inferior a R\$ 3.000,00.

Tabela 30. Estatísticas descritivas do salário bruto mínimo aceito pelo policial civil

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Salário Bruto mínimo	196	350,00	20000,00	1682,1627	1917,86767

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 31. Distribuição dos policiais civis segundo salário bruto mínimo que aceitaria como policial

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Menor que R\$ 1000	110	45,6	56,1	56,1
R\$ 1000 a R\$ 3000	69	28,6	35,2	91,3
R\$ 3000 a R\$ 5000	12	5,0	6,1	97,4
R\$ 5000 a R\$ 7000	1	0,4	,5	98,0
R\$ 7000 a R\$ 9000	1	0,4	,5	98,5
R\$ 9000 a R\$ 10000	2	0,8	1,0	99,5
Maior que R\$ 13000	1	0,4	0,5	100,0
Total	196	81,3	100,0	-
Missing	45	18,7	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A tabela 32 está relacionada a se o policial possui outra atividade remunerada e qual o ganho bruto mensal nesta outra atividade.

No exercício de suas atividades, o policial civil, como os demais funcionários públicos excetuando-se os casos previstos em lei, não pode ter outro emprego. Ocorre que alguns desses profissionais conseguem outra fonte de renda, chamada de “*bico*”, para complementar seu salário. A pesquisa também aborda este tema, onde foi possível apontar quantos policiais responderam ter uma remuneração paralela e qual o seu valor. 18,1% responderam positivamente ao ganho com atividade extrapolicial. Esse “*bico*” importa um acréscimo médio de R\$ 1.690,23 no salário do policial civil. É interessante reparar que é um valor muito parecido com o salário bruto mensal médio do mesmo (R\$ 1.982,05), e do mínimo bruto mensal que o policial aceitaria receber (R\$ 1.682,16), conforme já demonstrado anteriormente. Os valores de R\$ 1.000,00 (16,3%) e R\$ 2.000,00 (11,6%) são os que aparecem com maior frequência neste estudo.

Tabela 32. Distribuição dos policiais civis segundo outra atividade remunerada

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	43	17,8	18,1	18,1
Não	194	80,5	81,9	81,9
Total	237	98,3	100,0	100,0
Missing	4	1,7	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 33. estatísticas descritivas do salário bruto do policial civil em outra atividade

	N	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Salário (outra atividade)	43	250,00	20000,00	1690,2326	3085,13524

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 34. Distribuição dos policiais civis segundo salário bruto em outra atividade

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Não respondeu o valor	4	1,7	9,3	9,3
250,00	2	0,8	4,7	14,0
300,00	3	1,2	7,0	20,9
360,00	1	0,4	2,3	23,3
380,00	1	0,4	2,3	25,6
400,00	1	0,4	2,3	27,9
600,00	1	0,4	2,3	30,2
700,00	1	0,4	2,3	32,6
800,00	3	1,2	7,0	39,5
840,00	1	0,4	2,3	41,9
1000,00	7	2,9	16,3	58,1
1200,00	3	1,2	7,0	65,1
1300,00	1	0,4	2,3	67,4
1500,00	3	1,2	7,0	74,4
2000,00	5	2,1	11,6	86,0
2700,00	1	0,4	2,3	88,4
3000,00	1	0,4	2,3	90,7
3500,00	1	0,4	2,3	93,0
5000,00	2	0,8	4,7	97,7
20000,00	1	0,4	2,3	100,0
Total	43	17,8	100,0	-
Missing	198	82,2	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Buscando medir o percentual de evasão, perguntou-se se o policial havia tomado alguma providência de busca por outro emprego. A pergunta deixava claro que esta resposta

deveria levar em consideração o fato desta busca ter ocorrido nos últimos 30 dias. Dos 241 policiais pesquisados, 25,5% afirmaram ter tomado esta providência, contra 72,6% que responderam jamais terem pensado em procurar outro emprego. Em seguida o policial foi inquirido sobre a providência que tomou em busca de um novo emprego, sendo que deveria optar por uma única resposta. O ingresso em outra instituição pública por meio de concurso foi mencionado por 62,8%, sendo que 41,5% já tinha realizado concurso, enquanto que 21,3% havia se inscrito em concursos públicos. 20,2% tomou outro tipo de providência não discriminada no questionário, e ser dono do próprio negócio foi a providência tomada por 10,6%.

Tabela 35. Distribuição dos policiais civis segundo providência por outro emprego

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	60	24,9	25,5	25,5
Não	175	72,6	74,5	100
Total	235	97,5	100	-
Missing	6	2,5	-	-
Total	241	100	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 36. Distribuição dos policiais civis segundo tipo de providência em busca de outro emprego

TIPO DE PROVIDÊNCIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Consultou empregadores	1	0,4	1,1	1,1
Fez concurso	39	16,2	41,5	42,6
Inscreeveu-se em concursos	20	8,3	21,3	63,8
Consultou parente, amigo ou colega	5	2,1	5,3	69,1
Tomou medida para iniciar negócio	10	4,1	10,6	79,8
Outra	19	7,9	20,2	100,0
Total	94	39,0	100,0	-
Missing	147	61,0	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Quanto ao motivo pela escolha da profissão, para 47,6% dos policiais, a identificação com a função policial foi o principal motivo da escolha da profissão. A fuga do desemprego foi o motivo para 19,3% dos pesquisados. Outros motivos foram alegados por 15,9%, enquanto que boas perspectivas salariais foi o motivo para 9,9%. A influência de terceiros foi a causa do ingresso na carreira policial para 7,3% dos entrevistados.

Tabela 37. Distribuição dos policiais civis segundo motivo para escolha da profissão

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Boas perspectivas salariais	23	9,5	9,9	9,9
Influência de terceiros	17	7,1	7,3	17,2
Para não ficar desempregado	45	18,7	19,3	36,5
Se identifica com a função de policial	111	46,1	47,6	84,1
Outros	37	15,4	15,9	100,0
Total	233	96,7	100,0	-
Missing	8	3,3	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A pesquisa procurou identificar as três tarefas mais desempenhadas pelo policial civil do Estado do Ceará. Investigação (44,8%), digitação (39,8%) e permanência (31,1%) foram os três mais citados. A primeira e terceira tarefa, como também a custódia de presos (22,8%), são atribuições dos inspetores, que estão em número maior na polícia. A segunda tarefa pode englobar resposta dos escrivães, inspetores e delegados. Inquirição (29,9%) e relatório de inquéritos (21,6%) são atribuições de um delegado de carreira. Embora 10,1% dos entrevistados sejam delegados, o grande índice de policiais desempenhando esta tarefa chama a atenção. Os policiais civis estão desempenhando funções burocráticas diversas: análise (12,4%), arquivo (11,2%) e estatísticas (10%). Outras tarefas (18,7%) são discriminadas em um quadro próprio.

Tabela 38. Distribuição dos policiais civis segundo tarefas desempenhadas (máximo 3 respostas)

TAREFAS	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM
Digitação	96	39,8%
Permanência	75	31,1%
Análise	30	12,4%
Estatísticas	24	10,0%
Arquivo	27	11,2%
Investigação	108	44,8%
Custódia de presos	55	22,8%
Oitiva / Inquirição	72	29,9%
Relatório de inquéritos	52	21,6%
Outras	45	18,7%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 39. Distribuição dos policiais civis segundo outras tarefas desempenhadas

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Missing	196	81,3	81,3	81,3
Respondeu, mas não especificou	33	13,7	13,7	95,0
A.P. F	1	0,4	0,4	95,4
Assistência jurídica	1	0,4	0,4	95,9
Cadastrar e baixar veículos no sistema RENAVAN	1	0,4	0,4	96,3
Diligência	1	0,4	0,4	96,7
Entrega de notificações	1	0,4	0,4	97,1
Entrega de ofícios e notificações	1	0,4	0,4	97,5
Faço café e limpo banheiro quando tem material	1	0,4	0,4	97,9
Portaria	1	0,4	0,4	98,3
Protocolo	1	0,4	0,4	98,8
Protocolo e pesquisa	1	0,4	0,4	99,2
Recepção	1	0,4	0,4	99,6
Social	1	0,4	0,4	100,0
Total	241	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A tabela 40 trata sobre os sistemas policiais mais utilizados. A Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará possui, para consulta e ferramenta de trabalho dos policiais, vários sistemas informatizados. Os mais usados, de acordo com as respostas dos policiais, foram: SIP-Sistema de Informações Policiais (73,9%) onde é feito o cadastro de todas as pessoas atendidas nas delegacias, em qualquer procedimento, bem como o armazenamento de dados de todos os procedimentos, com numeração cronológica dada pelo próprio sistema. INFOSEG (62,7%), sistema que permite verificar dados de pessoas com ocorrências fora do estado do Ceará, armas, placas de veículos com registros em qualquer unidade da federação e dados dos motoristas. SEPROCE (50,2%), permite a pesquisa de placas de veículos com registro dentro do Estado do Ceará, dados do seu proprietário e consulta de dados do Instituto de Identificação. Internet foram citados por 32% e outros sistemas, por 11,6%.

Apesar de toda a informatização e sistemas integrados da polícia civil cearense, 13,7% não utilizam nenhum sistema em seu trabalho. Um treinamento mais eficiente poderia dotar este número de policiais que não usam sistema algum, para desempenhar melhor as tarefas da polícia judiciária.

Tabela 40. Distribuição dos policiais civis segundo sistemas policiais mais utilizados

SISTEMA	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
SIP	178	73,9%
SEPROCE	121	50,2%
INFOSEG	151	62,7%
Internet	77	32,0%
Outros	28	11,6%
Nenhum	33	13,7%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

As tabelas 41 e 42 tratam sobre a opinião dos entrevistados em relação à filiação sindical e atuação do sindicato da categoria. O Estado do Ceará possui dois sindicatos de policiais civis. Um é o SINDEPOL – Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Ceará, o outro é o SINPOCI – Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará. Há ainda a Associação de Escrivães da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Alguns policiais são associados a mais de uma entidade, mas o sindicato é a preferência de 88%. A associação possui apenas 4,6% afiliados entrevistados, enquanto 11,6% não são afiliados a nenhuma entidade de classe. Para 40,2% a atuação da entidade representativa da categoria é considerada regular. Péssima e ruim foram a opinião de 47,9% e boa e ótima somam 9,9%.

Tabela 41. Distribuição dos policiais civis segundo filiação sindical

ENTIDADE DE CLASSE	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Sindicato	212	88,0%
Associação	11	4,6%
Nenhum	28	11,6%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 42. Distribuição dos policiais civis segundo atuação do sindicato

	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Péssima	59	24,5	25,1	48,5
Ruim	55	22,8	23,4	89,8
Regular	97	40,2	41,3	99,6
Boa	23	9,5	9,8	100,0
Ótima	1	0,4	,4	-
Total	235	97,5	100,0	-
Missing	6	2,5	-	-
Total	241	100	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Na tabela 43 constam os resultados obtidos na pesquisa sobre o conhecimento da profissão e participação sindical. Dos policiais civis entrevistados, 152 (63,1%) disseram conhecer o estatuto que rege sua profissão. 60,2% responderam acompanhar notícias policiais nos meios de comunicação. Conforme demonstrado na tabela , o policial civil gosta de assistir a jornais na TV. O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará é de conhecimento de 31,5%. Boletim informativo da profissão, enviados principalmente pelos sindicatos, leva conhecimento a 21,6% dos policiais, e 1,7% não têm conhecimento dos principais temas que regem sua profissão.

Tabela 43. Distribuição dos policiais civis segundo conhecimento da profissão

TIPO DE CONHECIMENTO	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Conhece o estatuto dos servidores públicos civis do estado do Ceará	76	31,5%
Conhece o estatuto dos policiais civis do estado do Ceará	152	63,1%
Acompanha notícias policiais nos meios de comunicação	145	60,2%
Recebe boletim informativo a respeito	52	21,6%
Desconhece totalmente	4	1,7%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Sobre a participação em reuniões da categoria, observou-se o seguinte: apesar dos sindicatos possuírem grande número de associados, 36,5% nunca participou de reuniões da categoria, 52,3% raramente participa, e somente 9,1% freqüentemente adere às reuniões. Isso enfraquece a representação sindical dos policiais, devendo o sindicato trabalhar a falta de motivação do policial para participar das decisões representativas de sua profissão e suas causas.

Tabela 44. Distribuição dos policiais civis segundo participação em reuniões da categoria

	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Nunca	85	35,3	36,5	90,6
Raramente	126	52,3	54,1	100,0
Freqüentemente	22	9,1	9,4	-
Total	233	96,7	100,0	-
Missing	8	3,3	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

No que se refere ao sentimento com relação ao trabalho e chances de se acidentar, conforme tabela abaixo, um percentual significativo de policiais informa não possuir grande satisfação com o trabalho. Os completamente insatisfeitos são 18,8% e os pouco satisfeitos são 48,7%, o que soma 67,5% abaixo de satisfeitos. 26,9% se declararam satisfeitos, e 5,6% estão acima de satisfeitos, ou seja, 2,6% muito satisfeito e 3% totalmente satisfeito. As chances de sofrer qualquer tipo de acidente no trabalho, nos próximos 6 meses, teve citação aproximada para os percentuais 25 (24,5%), 50 (21,6) e 100 (22,8%) . Os que não consideram a profissão perigosa são 10,9% e os que a consideram com chance de problemas na saúde em torno de 75% nos próximos 6 meses foram 15,8%.

Tabela 45. Distribuição dos policiais civis segundo sentimento pelo trabalho

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Completamente insatisfeito	44	18,3	18,8	18,8
Pouco satisfeito	114	47,3	48,7	67,5
Satisfeito	63	26,1	26,9	94,4
Muito Satisfeito	6	2,5	2,6	97,0
Totalmente satisfeito	7	2,9	3,0	100,0
Total	234	97,1	100,0	-
Missing	7	2,9	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 46. Distribuição dos policiais civis segundo as chances de acidente

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
0%	25	10,4	10,9	36,7
25%	59	24,5	25,8	59,4
50%	52	21,6	22,7	76,0
75%	38	15,8	16,6	100,0
100%	55	22,8	24,0	-
Total	229	95,0	100,0	-
System	12	5,0	-	-
Total	241	100	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Na tabela 47 constam os dados do item sobre a carência de treinamento, avaliação dos cursos da APOC e área de carência de treinamento. A Academia de Polícia Civil (APOC) faz parte da estrutura organizacional da Polícia Civil e é responsável pelo treinamento e

aperfeiçoamento dos policiais. Da pesquisa extrai-se que o policial civil cearense sente necessidade de treinamento em várias áreas. Com certeza isso tem repercussão no atendimento adequado, rápido, eficaz e de qualidade aos cidadãos que necessitam da polícia, ou mesmo àqueles que estão à margem da lei. O resultado da pesquisa aponta que para 94,5% dos policiais esta necessidade está realmente presente. Porém, estes cursos foram considerados regular por 50,4% dos policiais e bom para 28%. Os que consideram os cursos da APOC ruim somaram 12,7%, péssimo 5,5% e ótimo foi a opinião de 3,4%. Os policiais também opinaram sobre qual área têm mais carência de treinamento. Foram apontadas várias áreas com boa porcentagem.

Armamento e tiro (60,6%) foi a opinião de 146 pesquisados, seguido de defesa pessoal (50,2%), atualização em leis (46,5%) e línguas estrangeiras (43,6%). Chama a atenção áreas como relações humanas (20,3%), direitos humanos (18,7%) e cidadania (16,2%) terem preferência bastante significativa por parte dos policiais, pois deveriam ser cursos regulares mantidos para policiais. Aprofundamento integral (18,3%) evidencia a carência de conhecimento, aliado a técnicas de atendimento (17,8%) e prática cartorária (16,2%), que são áreas de grande atuação do policial, principalmente no serviço interno em delegacias. Cursos nas áreas de estatística (0,4%) e inteligência (0,4%) também foram solicitados.

Tabela 47. Distribuição dos policiais civis segundo carência de treinamento

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	224	92,9	94,5	94,5
Não	13	5,4	5,5	100,0
Total	237	98,3	100,0	-
Missing	4	1,7	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 48. Distribuição dos policiais civis segundo avaliação dos cursos da APOC (Academia de Polícia Civil)

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Péssimo	13	5,4	5,5	5,5
Ruim	30	12,4	12,7	18,2
Regular	119	49,4	50,4	68,6
Bom	66	27,4	28,0	96,6
Ótimo	8	3,3	3,4	100,0
Total	236	97,9	100,0	-
Missing	5	2,1	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 49. Distribuição dos policiais civis área de carência de treinamento

ÁREA (MAIS DE UMA)	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM
Práticas cartorárias	39	16,2%
Atualização de leis	112	46,5%
Direitos Humanos	45	18,7%
Armamento e tiro	146	60,6%
Cidadania	39	16,2%
Relações humanas	49	20,3%
Técnicas de atendimento	43	17,8%
Aprofundamento integral	44	18,3%
Defesa pessoal	121	50,2%
Línguas estrangeiras	105	43,6%
Nenhum	3	1,2%
Outra	20	8,3%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 50. Distribuição dos policiais civis segundo outras áreas de carência de treinamento

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
	221	91,7	91,7	91,7
Respondeu mas não especificou	18	7,5	7,5	99,2
Estatística	1	0,4	0,4	99,6
Inteligência	1	0,4	0,4	100,0
Total	241	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

A tabela 51 trata sobre os equipamentos utilizados e estado desses equipamentos. A modernidade na Polícia Civil do Estado do Ceará em substituir revólveres por pistolas faz com que o percentual desses equipamentos em uso se diferencie bastante de um para outro. Pistola é usada por 67,2% dos policiais, enquanto 21,6% ainda usam revólver.

O uso de computador por 60,2% é outra prova desta modernidade. Viaturas (44,8%), algemas (37,8%) e munição (35,3%) também têm uso por boa parte dos policiais. Colete (17,0%) e HT (17,4%), que deveriam ter uso mais elevado em virtude da proteção e comunicação do policial em operação, foram citados como utilizados por menos de 20% dos policiais entrevistados.

Ao serem questionados sobre o estado desses equipamentos, a maioria dos policiais civis entrevistados (47,9%) considerou regular e 32,9% bom. Para 12% o estado dos

equipamentos utilizados no desempenho de suas atividades é ruim. Ótimo foi a opinião de 4,3%, enquanto 3% consideram o estado dos equipamentos usados péssimo.

Tabela 51. Distribuição dos policiais civis segundo equipamentos utilizados

EQUIPAMENTOS UTILIZADOS	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM
Revolver	52	21,6%
Pistola	162	67,2%
Colete	41	17,0%
HT	42	17,4%
Viatura	108	44,8%
Algemas	91	37,8%
Munição	85	35,3%
Computador	145	60,2%
Outros	7	2,9%
Nenhum	2	0,8%

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Tabela 52. Distribuição dos policiais civis segundo opinião sobre o estado dos equipamentos utilizados

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Péssimo	7	2,9	3,0	3,0
Ruim	28	11,6	12,0	15,0
Regular	112	46,5	47,9	62,8
Bom	77	32,0	32,9	95,7
Ótimo	10	4,1	4,3	100,0
Total	234	97,1	100,0	-
Missing	7	2,9	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Sobre o item ambiente de trabalho, analisamos o assunto a partir de conceitos apontados pelos policiais estudados, conforme tabela abaixo. Não há diferença significativa entre os conceitos bom (38,7%) e regular (38,3%), demonstrando que os policiais civis mantêm um ambiente favorável, apesar da profissão desgastante de trabalhar com problemas que envolvem todo tipo de violência. Quando o ambiente de trabalho é bom, o êxito nos resultados se torna mais propenso a acontecer e o desgaste se torna menor. Quando o ambiente é ruim, o profissional tende a estender este mal-estar para a sua convivência em toda a sociedade, isto envolve família, amigos, locais de estudo, rua, etc. Para 11,3% dos policiais civis, seu ambiente de trabalho é ruim, 7,8% disseram ter um ambiente de trabalho ótimo e 3,9% apontaram seu ambiente como péssimo.

Tabela 53. Distribuição dos policiais civis segundo ambiente de trabalho

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Péssimo	9	3,7	3,9	3,9
Ruim	26	10,8	11,3	15,2
Regular	88	36,5	38,3	53,5
Bom	89	36,9	38,7	92,2
Ótimo	18	7,5	7,8	100,0
Total	230	95,4	100,0	-
Missing	11	4,6	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Sobre o item afastamento do trabalho e seus motivos, após levantamento no DRH, constatou-se que mais de 10% da população em estudo estava afastada de suas atividades por vários motivos, conforme demonstrado Quadro 1. Resolveu-se pesquisar e conhecer na amostra o número de policiais civis que tinham se ausentado de seu trabalho por motivo de saúde, e qual era esse motivo. Assim, os pesquisados responderam positivamente ou negativamente à seguinte pergunta: Você já teve de licenciar do seu trabalho por motivo de saúde? Caso a resposta fosse positiva, estes deveriam especificar o motivo. Desta forma, 41,5% afirmaram ter se licenciado de suas atividades policiais para tratamento de saúde, apontado cirurgias como o principal motivo de afastamento com 21,43%. Em segundo lugar, empatados com 13,27%, vem Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e outros problemas com ossos (exceto mão). O que evidencia que os policiais civis cearenses que trabalham com digitação não estão tendo atenção com alongamentos, paradas temporais para descanso, ou mesmo que os equipamentos não são adequados para o desempenho da função. Para o Escrivão, que trabalha 40 horas semanais ou em regime de escala 24x72horas, a tarefa de passar horas digitando, a carência de pessoal, o excesso de trabalho, e as condições físicas dos equipamentos utilizados torna muito desgastante o desempenho de suas atividades, exigindo demais dos membros superiores, coluna, pescoço, etc. Esse diagnóstico tem afastado o profissional de suas atividades, prejudicando sobremaneira o andamento da rotina burocrática da delegacia. Além desses problemas, o stresse e a depressão foram citados por 10,20% dos policiais, fatores estes que podem ser causa ou consequência dos citados acima. Acidentes fora do local de trabalho levou 7,14% dos policiais civis a se licenciarem do trabalho, enquanto pneumonia, dengue e/ou gripe causou afastamento de 6,12%. Licença maternidade (4,08%) e tiro (3,06%) também foram citados pelos policiais. Dos 241 policiais entrevistados, 22,45% apontaram outros motivos para se licenciarem do trabalho para tratamento de saúde.

Tabela 54. Distribuição dos policiais civis segundo afastamento do trabalho

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Sim	98	40,7	41,5	41,5
Não	138	57,3	58,5	100,0
Total	236	97,9	100,0	-
Missing	5	2,1	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Com relação ao item sobre a Atuação da Corregedoria, conforme tabela abaixo, foram coletadas as seguintes informações: a Corregedoria-Geral dos Órgãos da Segurança Pública e Defesa Social é responsável pela fiscalização, disciplina e orientação administrativa das atividades desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública e seus agentes, apurando os ilícitos penais praticados por tais servidores, procedendo a inspeções administrativas nos estabelecimentos e repartições da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, realizando, entre outras funções, serviços de correição, recebimento de denúncias, instauração, realização e acompanhamento de sindicância, provocando processos administrativo-disciplinares para apuração de responsabilidade administrativa. Assim sendo, a Corregedoria também teve sua atuação avaliada pelos policiais pesquisados, sendo que 44,9% consideraram seu trabalho regular, 19,4% analisaram sua atuação como boa e 18,1% opinaram pelo conceito ruim. Para 14,1% a atuação da Corregedoria é péssima e para 3,5% é ótima. Na verdade, pela sua própria função, não se podia esperar que a Corregedoria tivesse conceitos tão satisfatórios, o que foi um fator surpresa.

Tabela 55. Distribuição dos policiais civis segundo opinião sobre a atuação da corregedoria

	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM	PERCENTAGEM VÁLIDA	PERCENTAGEM CUMULATIVA
Péssimo	32	13,3	14,1	14,1
Ruim	41	17,0	18,1	32,2
Regular	102	42,3	44,9	77,1
Bom	44	18,3	19,4	96,5
Ótimo	8	3,3	3,5	100,0
Total	227	94,2	100,0	-
Missing	14	5,8	-	-
Total	241	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

O questionário aplicado aos 241 policiais civis cearenses continha, como segunda questão aberta, a seguinte pergunta:

“O que mais dificulta o desenvolvimento de suas atividades?”

O objetivo foi conhecer os problemas enfrentados no dia-a-dia, sob a visão real dos policiais que estão em plena atividade, sem nenhuma influência de estudos realizados em gabinetes. Todas as respostas foram tabuladas e agrupadas por semelhança. Em cada questionário colheram-se várias respostas.

A falta de policiais foi o item mais encontrado nos questionários, com 57 opiniões. A resposta que mais chamou a atenção foi: “a falta de um maior contingente policial, renovado através de concurso público, torna a investigação em apenas um “faz-de-conta”.

Quase empatado, a reclamação de baixos salários foi feita por 53 entrevistados. Um policial respondeu: “falta de condições de salário, pois precisamos procurar “bico”. Uma alusão ao trabalho paralelo que o policial faz para complementar sua renda.

A falta de equipamentos e as péssimas condições de trabalho foram citadas, respectivamente, por 31 e por 24 policiais. Nestes itens eles reclamaram da estrutura das delegacias, sujeira, espaço físico precário, falta de equipamentos, equipamentos obsoletos e a inexistência de equipamentos técnicos e científicos para elucidação dos crimes.

Alguns policiais citaram a falta de motivação como um empecilho para o bom desempenho de suas funções (17). Esta desmotivação, segundo a maioria, está associada à questões salariais, mas há também quem apontou que sente “desestímulo por parte dos superiores hierárquicos”.

O excesso de trabalho foi lembrado por 15 policiais e está relacionado à falta de pessoal, item que teve a maior indicação. A falta de estrutura para o trabalho foi citada por 13 policiais.

Ficaram empatadas as reclamações de falta de material (principalmente de expediente) e falta de treinamento, com 11 observações, cada uma. Os policiais se queixaram, entre outras, da falta de uma boa formação profissional, da carência de pessoal qualificado e que têm problemas com os superiores para serem liberados para participarem dos cursos.

A falta de incentivos e a falta de reconhecimento por parte do governo e da população foram dificuldades apontadas, respectivamente, por 10 e por 9 policiais.

O sistema SIP e a falta de viaturas empataram com 8 citações nos questionários. Segundo os policiais, o sistema SIP é lento e trava repentinamente.

Outras dificuldades sentidas pelos policiais, conforme citações pelos entrevistados, foram: falta de apoio, principalmente do governo e da população, que não quer mais prestar informações para a polícia (7); a falta de manutenção dos equipamentos (5); falta de meios adequados para desenvolverem as atividades (4); problemas internos como dificuldade de interação e falta de companheirismo (4); falta de condições de trabalho (3).

Também foram citadas como dificuldades: o foco da Polícia Civil deveria ser apenas as investigações (1); a Polícia Civil deve realizar suas atividades buscando um padrão de qualidade nos serviços prestados (1); observa-se a falta de compromisso por parte de alguns policiais civis, no que se refere ao desempenho de suas funções (1); em alguns casos, os investimentos na área de Segurança Pública por parte do governo só ocorrem para efeitos de propaganda e não, tendo como foco a segurança da população (1), entre outras.

Finalmente, dentre todos os pesquisados, encontrou-se dois policiais que não têm encontrado dificuldade no desenvolvimento de suas atividades policiais.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo traçar o perfil do policial civil cearense. Buscamos, também, conhecer a instituição, desde a sua criação, as mudanças ao longo da história, as ações governamentais implementadas na área de segurança pública como estratégias políticas de cada governante, até chegarmos ao resultado do estudo da pesquisa de campo, realizada com 241 policiais civis do Estado do Ceará.

A metodologia utilizada no trabalho constou de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo esta realizada com 241 Policiais Civis. Na pesquisa de campo foi utilizado como instrumento um questionário, sendo enviado para as delegacias da capital e região metropolitana de Fortaleza. A entrega e posterior recebimento dos envelopes ficou a cargo do DPM (Departamento de Polícia Metropolitana). Para as especializadas, as pesquisas envelopadas foram enviadas e recebidas através do DPE (Departamento de Polícia Especializada). Os questionários foram então, colhidos para análise e discussão dos resultados.

A análise das várias opiniões colhidas nas respostas dos questionários nos faz concluir que a visão do profissional da polícia judiciária cearense sobre a instituição ao qual está vinculado é bem mais problemática do que o exposto na mídia ou para a população.

A maioria dos policiais civis cearenses ocupa o cargo de inspetor, seguindo-se, em percentuais bem menores, os escrivães e os delegados.

Com relação ao seu perfil, chamamos a atenção para a pouca presença das mulheres na instituição, o que está vinculado ao caráter masculino que a profissão ganhou em seu início, mas que aos poucos vem sendo modificado, embora lentamente. A idade média dos policiais civis é avançada, um pouco mais de 41 anos. A maioria é casada, com média de 2 dependentes e moram na capital cearense.

Os policiais civis não estão satisfeitos com seu trabalho. A carência de pessoal e de material, os baixos salários e a falta de reconhecimento por parte das autoridades e da população são os itens mais relevantes segundo os próprios servidores. Isso tem tirado deles a

motivação, fazendo com que o policial procure outro emprego, ou até mesmo o chamado “bico” para complementar seu salário. Os Escrivães são os que mais têm demonstrado insatisfação e desmotivação diante da difícil e árdua tarefa dos policiais civis, com pedidos de suspensão de vínculo que representa 74,07% do total de pedidos.

Os policiais civis cearenses se queixaram de excesso de trabalho, falta de condições para trabalhar e inoperância dos superiores. Segundo eles, dificuldades na solução de conflitos internos, falta de equipamentos ou mesmo manutenção nos já existentes, falta de treinamento voltado para uma boa formação profissional e de uma estrutura mais adequada, associados aos mencionados no parágrafo anterior, dificultam o desenvolvimento de suas atividades.

Problemas constantes no sistema SIP, xadrezes lotados, falta de incentivo e falta de material também foram itens citados que prejudicam a efetivação das ações e comprometem a qualidade do atendimento.

O trabalho extra-polícia, denominado “bico”, de acordo com os dados coletados, é como se fosse algo legalizado. Serve de complemento aos baixos salários e dá a idéia de que as repartições públicas só funcionam para quem pode pagar de forma privada. Isto estende a jornada do policial, torna-o desinteressado, cansado, descomprometido, apadrinhado, além dele expor duas vezes mais sua vida ao perigo.

Muitos policiais têm se ausentado do trabalho por motivo de saúde, como mostra o quadro 1. Eles reclamaram do excesso de trabalho, das péssimas condições das delegacias e do estado precário dos equipamentos em geral. Isto tem provocado problemas como ler (lesão por esforço repetitivo) e outros traumas relacionados aos ossos, acidentes, stress e depressão, levando o policial a se licenciar do trabalho para a realização de cirurgias e outros acompanhamentos médicos. Este ponto necessita de maior atenção por parte das autoridades.

Deve-se fazer uma relação entre o número de policiais licenciados para o valor que deveria ser gasto com equipamentos de qualidade para digitação, manutenção, melhoria nas condições gerais de trabalho, e uma série de outros pontos importantes no processo de trabalho que possam significar maior segurança para a saúde e a vida do policial. Todos os problemas dentro da instituição ganham dimensões maiores, influenciando na vida do policial,

provocando depressão e stress. Um serviço eficaz de apoio psicológico, de fácil acesso, torna-se necessário para o controle destas questões.

Os policiais reclamaram bastante da falta de valorização por parte dos superiores, do governo e da sociedade. Acreditam que a investigação, foco maior da polícia civil, está seriamente comprometida pelos problemas citados, tornando-se num verdadeiro faz-de-conta.

Boa parte dos policiais ingressou na instituição porque acharam alguma identificação com a profissão. Há, porém, uma parcela considerável de 25,5% que tem procurado outro tipo de emprego, sendo o setor público, através de outros concursos, o que mais tem atraído os policiais civis.

Ficou evidenciada a falta de treinamento constante para os Delegados, Escrivães e Inspetores, e necessidade de melhoria dos cursos já existentes. Alguns policiais reclamaram que têm dificuldade de se inscrever nos cursos da Academia de Polícia por falta de permissão dos seus superiores. Outros, reclamaram que os delegados, como instrutores, utilizam as horas/aula para fazer mera divulgação de seus feitos, comprometendo seriamente o aprendizado. Inclusive, os cursos da APOC apareceram na pesquisa com conceitos, na sua maioria, entre regular e bom.

Tudo isto nos leva a concluir que a instituição necessita de mudanças profundas em sua organização, na sua estrutura física, na real distribuição de tarefas e nas formas de comunicação dos superiores com os subordinados. Como necessidade mais urgente, é crucial o aumento do efetivo e melhorias das condições salariais, notadamente daqueles policiais que estão na ponta do sistema, motivando-os de forma a gerar uma melhor prestação de serviço e resultados mais eficazes, garantindo um conceito mais elevado dos policiais entre a população.

Estamos conscientes que é possível extrair maiores informações da pesquisa realizada, pois a segurança pública precisa permanecer em constante estudo, para que se possa oferecer um serviço de melhor qualidade ao seu destinatário: a população. No entanto alguns fatores como o tempo e a incompreensão de alguns colegas policiais, não nos permitiram esse aprofundamento em prol dos membros da instituição policial civil, que compõem a segurança

pública do estado, e que necessitam de grande capacidade criativa e inteligência para a resolução dos conflitos internos e dos problemas da comunidade.

Concluindo, agradecemos aos policiais civis do Estado do Ceará, para quem, de forma privilegiada, esta pesquisa se destinou. Agradecemos pela abertura que nos deram e pela acolhida recebida, nos permitindo um trabalho com única intenção de uma mostra da realidade vivida por seus membros.

As horas de estudo e pesquisa, durante meses, e os resultados deste trabalho, não têm a intenção de se tornarem veredictos, mas simplesmente proporcionar elementos importantes, tanto para a definição do perfil do policial civil do estado do Ceará, como para orientar um trabalho mais eficaz dos órgãos que trabalham em prol do desenvolvimento da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGHER, Joyce. **Mini Vade Mecum de Direito**. São Paulo: Ed. Rideel, 2004.

BASTOS, Pedro Ivo de. A.; SILVA, Francisco de A. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1978.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 5.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

BRASIL, Maria Glauécia M. **A Segurança Pública no Governo das Mudanças: moralização, modernização e participação**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, 2000.

_____. República Federativa do Brasil. Lei 12.387/94. Brasília, 1994.

_____. República Federativa do Brasil. Lei 12.124/93. Brasília, 1993.

CARVALHO, Erivaldo. Muito dinheiro, pouca segurança. **Jornal O Povo**. Caderno Política e Segurança. Fortaleza, 22.jul. 2007.

CAVALCANTE, Marcos. Fortalezenses querem mais segurança e serviços de saúde. **Jornal O Povo**. Caderno Fortaleza. Fortaleza, 29. mar. 2007.

_____.Efetivo da Polícia Civil permanece igual há 20 anos. **Jornal O Povo**. Caderno Fortaleza. Fortaleza, 9. jul. 2007.

FURTADO, Célio D. **Capacitação à distância – uma proposta para policiais de postos rodoviários**. Florianópolis-SC, 2002. (Mimeo)

KEYSSELT, Ilma L.M; FERNANDES, Rosimar M.M. **Pensando a Polícia: o conhecimento, como vantagem competitiva na prática policial**. Tese de Especialização. Salvador: SENASP, 2006.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

MELO, Clemilton da S. **Secretários de Segurança Pública do Ceará: 1937-2006**. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

_____. **Resumo Histórico da Polícia Civil**. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

MOURA, Ricardo. Polícia no Interior: 30% dos cearenses sem Delegacia. **Jornal O Povo**. Caderno Ceará Segurança. Fortaleza, 4. jun.2007

RICO, José Maria; SALAS, Luís. **Delito, Insegurança do cidadão e polícia**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, José Nival F.da. **Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará**. In: LIMA, Maria S. L.; GRANGEIRO, Manuela F. (Org). Lições de Estágio: desafios na formação de policiais. Fortaleza: EdUECE, 2006.

STEVENSON, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. Tradução Alfredo Alves de Farias. São Paulo: HARBRA-Harper & Row do Brasil, 1981.

VILLA, Marco Antonio; FURTADO, Joaci P. **Caminhos da História – Brasil: da Independência aos nossos dias**. São Paulo: Ática, 2005.

<http://www.anpuh.uepg.br>. Acesso em: 10/05/2007

<http://www.cpqam.fiocruz.br/observarh/publicacoes/arquivos/formtecnicaacsms.pdf>. Acesso em: 02/08/2007

<http://www.pc.ms.gov.br/institucional/historia>. Acesso em:29/06/2007

<http://www.pc.rsgov.br>. Acesso em:15/05/2007

<http://www.policiacivil.ce.gov.br>. Acesso em:20/08/2007

<http://www.sinpoci.com.br>. Acesso em: 20/08/2007

ANEXOS